

2026

O DESENVOLVIMENTISMO ECONÔMICO NO BRASIL:

paradigmas, personagens
e atualidade

ADELICIO MACHADO DOS SANTOS



Adelcio Machado dos Santos

O DESENVOLVIMENTISMO ECONÔMICO NO BRASIL

paradigmas, personagens e atualidade

1ª EDIÇÃO



SÃO LUÍS - 2026



EDITORA NOVUS

SÃO LUÍS - MA - 2026

 WWW.EDITORANOVUS.COM.BR  EDITORANOVUS@GMAIL.COM

Diagramação e Edição

Eduardo Mendonça Pinheiro

Edição de Arte

Romilson Carneiro Rodrigues

Conteudista

Adelcio Machado dos Santos © 2026

Normalização

José Marcelino Nascimento Veiga Júnior

© 2026 Copyright – Direitos reservados. A Editora Novus é detentora dos direitos autorais relativos à edição, diagramação e ao projeto gráfico da presente obra. Os autores permanecem titulares dos direitos autorais de seus respectivos textos. Esta publicação está licenciada sob a Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0), permitindo a reprodução, o download e o compartilhamento total ou parcial do conteúdo, desde que a fonte seja devidamente citada, com atribuição obrigatória de autoria, e que a obra seja disponibilizada exclusivamente em Acesso Aberto (Open Access). Não é permitida qualquer forma de alteração, adaptação ou modificação do conteúdo, bem como sua disponibilização em plataformas de acesso restrito ou com finalidade comercial.



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S237d

Santos, Adelcio Machado dos

O desenvolvimentismo econômico no Brasil: paradigmas, personagens e atualidade. / Adelcio Machado dos Santos. – São Luís: Editora Novus, 2026.

78 f.: il. color.

Publicação digital (e-book) no formato PDF

ISBN: 978-65-84364-30-1

DOI: 10.29327/5850712

1. Desenvolvimentismo econômico. 2. Economia brasileira. 3. Políticas públicas. 4. Industrialização. 5. Desenvolvimento nacional. I. Título.

CDU: 330.34(81)

Elaborado por José Marcelino Nascimento Veiga Júnior – CRB 13/320

CONSELHO EDITORIAL

Dr^a Anali Linhares Lima
M.Sc. Alan Jefferson Lima de Moraes
Dr. André Leonardo Demaison Medeiros Maia
Dr^a Anna Christina Sanazario de Oliveira
Dr^a Aurea Maria Barbosa de Sousa
Dr^a Camila Pinheiro Nobre
Dr. Claudio Alves Benassi
Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua
Dr^a Claudiene Diniz da Silva
Dr. Diogo Guagliardo Neves
M.Sc. Eduardo Oliveira Pereira
Dr^a Elba Pereira Chaves
Dr. Elmo de Sena Ferreira Junior
M.Sc. Érica Mendonça Pinheiro
Dr. Fabio Antonio da Silva Arruda
M.Sc. Fernanda Tabita Barroso Zeidan
Dr. George Alberto da Silva Dias
Dr^a Gerbeli de Mattos Salgado Mochel
Dr^a Giselle Cutrim de Oliveira Santos
Dr^a Herlane de Olinda Vieira Barros
Dr^a Ivete Furtado Ribeiro Caldas
M.Sc. José Carlos Durans Pinheiro
M.Sc. Josiney Farias de Araújo

M.Sc. Julianno Pizzano Ayoub
Dr. Leonardo França da Silva
M.Sc. Lucianna Serfaty de Holanda
Dr^a Luciara Bilhalva Corrêa
Dr^a Luana Martins Cantanhede
Dr^a Maria Raimunda Chagas Silva
Dr^a Marina Bezerra Figueiredo
M.Sc. Mayanne Camara Serra
Dr^a Michela Costa Batista
Dr. Moisés dos Santos Rocha
Dr^a Priscila Xavier de Araújo
M.Sc. Ramaiany Carneiro Mesquita
Dr^a Rita de Cássia Silva de Oliveira
M.Sc. Rosany Maria Cunha Aranha
Dr. Saulo José Figueiredo Mendes
Dr^a Samantha Ariadne Alves de Freitas
Dr^a Sandra Imaculada Moreira Neto
M.Sc. Shirley Ribeiro Carvalho
Dr^a Sinara de Fátima Freire dos Santos
M.Sc. Tatiana Mendes Bacellar
Dr^a Thais Roseli Corrêa
Dr^a Thalita Karolline de Queiroz Pereira
M.Sc. Victor Crespo de Oliveira
Dr. Wellington de Assunção
Dr. William de Jesus Ericeira Mochel Filho

Acesse www.editoranovus.com.br/corpo-editorial-2/ para conhecer os membros do Corpo Editorial

Parecer editorial e avaliação por pares

Os trabalhos que integram esta obra foram submetidos à apreciação do Conselho Editorial da Editora Novus e avaliados por pareceristas externos, por meio do sistema de revisão por pares (peer review), tendo sido considerados aptos para publicação.

Nota editorial: Trata-se de uma produção de caráter independente, na qual os direitos autorais permanecem sob a titularidade de seus respectivos autores. Eventualmente, alguns textos podem apresentar desdobramentos de pesquisas, comunicações ou trabalhos acadêmicos previamente apresentados ou defendidos, cabendo aos autores a observância rigorosa das boas práticas acadêmicas, especialmente no que se refere à prevenção do autoplágio. O conteúdo das obras é de responsabilidade exclusiva dos autores, não refletindo, necessariamente, o posicionamento da Editora Novus, dos organizadores, dos revisores ou dos membros do Conselho Editorial.

Livro dedicado à memória
de Silene Maria da Silva

“O que caracteriza o desenvolvimento é o projeto social subjacente. [...] Quando o projeto social dá prioridade à efetiva melhoria das condições de vida da maioria da população, o crescimento se metamorfoseia em desenvolvimento”
(FURTADO, 2013, p. 177).

FURTADO, Celso. *Essencial Celso Furtado*. Organização de Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2013.

BIOGRAFIA DO AUTOR



O Prof. Dr. **Adelcio Machado dos Santos** é economista (CORECON/SC 3840) e sociólogo (MT/SC 222)

Doutor em Engenharia e Gestão do Conhecimento (UFSC). Pós-Doutor em Administração e Gestão do Conhecimento (UFSC). Mestre em Relações Internacionais. Bacharel em Ciências Econômicas, Bacharel e Licenciado em Sociologia. Labora nas seguintes áreas de pesquisa: Economia Política Internacional, Sociologia do Desenvolvimento, Filosofia da Psicanálise, Planejamento Urbano e Regional, Saúde Coletiva, Constitucionalismo, Comunicação, História da Arte e Desenvolvimento Rural.

Ex: Reitor, coordenador de curso, vogal da Comissão Própria de Avaliação (CPA), Núcleos Docentes Estruturante (NDE) e colegiado de cursos. Integrou os Conselhos Estaduais de Educação, Cultura e Desportos em Santa Catarina.

Militou no "staff" da Assembleia Constituinte de Santa Catarina, Assembleia Legislativa de Santa Catarina, Tribunal de Contas de Santa Catarina, Secretaria de Estado da Educação e Secretaria de Estado da Fazenda.

Avaliador científico de projetos, eventos, editoras e periódicos. Consultor do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP) e Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC).

Vogal das seguintes instituições: Associação Keynesiana Brasileira (AKB), Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO), Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Administração (ANPAD), Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito (CONPE-DI), Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Estudos de Lazer (ANPEL), Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo (ANPTUR), Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), Associação Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ANCIB), Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Música (ANPPOM) e Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Artes Cênicas. (ABRACE).

Registrado nas seguintes organizações de controle corporativo/SC: CORECON, CREA, CRA, CRQ, CONRERP, CRECI, OMB, OAB, CRBio, MT.

Por final, deu a lume a 111 livros, 179 capítulos de livros e 464 artigos científicos.

RESUMO

A presente monografia analisa o desenvolvimentismo econômico no Brasil, abordando seus principais paradigmas, personagens e sua atualidade no contexto contemporâneo. O estudo parte da compreensão de que o desenvolvimentismo constituiu uma das mais relevantes correntes de pensamento econômico aplicadas às economias periféricas, especialmente na América Latina, ao defender o papel estratégico do Estado na promoção da industrialização, do crescimento econômico e da transformação estrutural. A pesquisa possui natureza qualitativa e caráter bibliográfico, fundamentando-se em obras clássicas e contemporâneas da economia política e do pensamento desenvolvimentista. Inicialmente, discutem-se os fundamentos teóricos do desenvolvimentismo, destacando a influência da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe e das formulações estruturalistas latino-americanas. Em seguida, analisa-se a trajetória histórica do desenvolvimentismo no Brasil, desde a Era Vargas até os debates recentes sobre reindustrialização e políticas industriais contemporâneas. O trabalho também examina as contribuições de importantes intelectuais brasileiros, como Celso Furtado, Ignacio Rangel e Luiz Carlos Bresser-Pereira, para a compreensão das especificidades do desenvolvimento nacional. Os resultados indicam que, apesar das transformações econômicas globais e das críticas ao intervencionismo estatal, o desenvolvimentismo permanece atual diante dos desafios relacionados à desindustrialização, à dependência tecnológica, às desigualdades sociais e à necessidade de crescimento sustentável. Conclui-se que o fortalecimento da capacidade produtiva nacional e da coordenação estatal continua sendo elemento relevante para o desenvolvimento econômico brasileiro no século XXI.

Palavras-chave: Desenvolvimentismo; Industrialização; Estado; Reindustrialização; Desenvolvimento econômico.

ABSTRACT

This monograph analyzes economic developmentalism in Brazil, addressing its main paradigms, key figures, and contemporary relevance. The study is based on the understanding that developmentalism constituted one of the most significant schools of economic thought applied to peripheral economies, especially in Latin America, by advocating the strategic role of the State in promoting industrialization, economic growth, and structural transformation. The research adopts a qualitative and bibliographic approach, grounded in classical and contemporary works on political economy and developmentalist thought. Initially, the theoretical foundations of developmentalism are discussed, emphasizing the influence of the Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe and Latin American structuralist formulations. Subsequently, the historical trajectory of developmentalism in Brazil is analyzed, from the Era Vargas to recent debates on reindustrialization and contemporary industrial policies. The study also examines the contributions of important Brazilian intellectuals, such as Celso Furtado, Ignácio Rangel, and Luiz Carlos Bresser-Pereira, to the understanding of the specificities of national development. The findings indicate that, despite global economic transformations and criticisms of state interventionism, developmentalism remains relevant in light of challenges related to deindustrialization, technological dependence, social inequalities, and the need for sustainable growth. It is concluded that strengthening national productive capacity and state coordination continues to be a relevant element for Brazilian economic development in the 21st century.

Keywords: Developmentalism; Industrialization; State; Reindustrialization; Economic development.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1.....	11
INTRODUÇÃO	
CAPÍTULO 2.....	14
FUNDAMENTOS TEÓRICOS DO DESENVOLVIMENTISMO	
CONCEITO DE DESENVOLVIMENTISMO.....	15
ORIGENS HISTÓRICAS DO PENSAMENTO DESENVOLVIMENTISTA.....	17
INFLUÊNCIA DA COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE.....	19
CAPÍTULO 3.....	23
O DESENVOLVIMENTISMO NO BRASIL: TRAJETÓRIA HISTÓRICA	
O PERÍODO ERA VARGAS E O INÍCIO DA INDUSTRIALIZAÇÃO.....	25
O PLANO DE METAS NO GOVERNO JUSCELINO KUBITSCHKEK.....	27
O DESENVOLVIMENTISMO DURANTE O REGIME MILITAR.....	29
CRISE DA DÍVIDA E ESGOTAMENTO DO MODELO (ANOS 1980).....	31
REFORMAS NEOLIBERAIS E RECONFIGURAÇÃO DO ESTADO (ANOS 1990).....	33
CAPÍTULO 4.....	37
PARADIGMAS DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	
DESENVOLVIMENTO CLÁSSICO.....	39
NOVO DESENVOLVIMENTISMO.....	41
NEOLIBERALISMO E SUAS CONTRAPOSIÇÕES.....	44
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E INCLUSIVO.....	46
CAPÍTULO 5.....	49
PERSONAGENS-CHAVE DO DESENVOLVIMENTISMO BRASILEIRO E O SEU CONTEXTO ATUAL	
CELSO FURTADO E A INTERPRETAÇÃO ESTRUTURALISTA.....	52
IGNÁCIO RANGEL E A DUALIDADE ECONÔMICA.....	55
ROBERTO CAMPOS E A VISÃO LIBERAL-DESENVOLVIMENTISTA.....	59
LUIZ CARLOS BRESSER-PEREIRA E O NOVO DESENVOLVIMENTISMO.....	62
ATUALIDADE DO DESENVOLVIMENTISMO NO BRASIL: POLÍTICAS ECONOMICAS RECENTES, REINDUSTRIALIZAÇÃO E DESAFIOS CONTEMPORANEOS.....	65
CAPÍTULO 6.....	69
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	69
REFERÊNCIAS.....	72
ÍNDICE REMISSIVO.....	76



Capítulo 1

INTRODUÇÃO

O debate acerca do desenvolvimento econômico ocupa posição central na história do pensamento econômico e na formulação de políticas públicas, sobretudo em países periféricos ou em desenvolvimento, como o Brasil. Nesse contexto, o desenvolvimentismo emerge como uma abordagem teórica e prática voltada à promoção do crescimento econômico sustentado, com forte protagonismo do Estado na indução da industrialização, na correção de assimetrias estruturais e na superação de entraves históricos ao progresso. Ao longo do século XX, essa perspectiva adquiriu contornos próprios no cenário latino-americano, sendo profundamente influenciada pelas formulações da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, que defendia a necessidade de romper com a dependência externa e promover a industrialização por meio da substituição de importações.

No Brasil, o desenvolvimentismo não se limitou a uma escola teórica, mas constituiu-se como um projeto nacional, articulando políticas econômicas, estratégias de planejamento e ações governamentais voltadas à modernização da economia. Desde a década de 1930, com a consolidação do Estado nacional sob a Era Vargas, o país passou a adotar medidas voltadas à industrialização e à diversificação produtiva, inaugurando um ciclo de transformação estrutural que perduraria por várias décadas. Esse processo foi intensificado durante o governo de Juscelino Kubitschek, cujo Plano de Metas sintetizou a ambição de acelerar o crescimento econômico por meio de investimentos em infraestrutura, energia, transporte e indústria de base.

A trajetória do desenvolvimentismo brasileiro, entretanto, não se deu de forma linear ou isenta de contradições. Ao mesmo tempo em que promoveu avanços significativos em termos de industrialização e crescimento do Produto Interno Bruto, também evidenciou limitações relacionadas à concentração de renda, à dependência tecnológica e à vulnerabilidade externa. A crise da dívida externa na década de 1980 marcou um ponto de inflexão nesse modelo, abrindo espaço para a ascensão de políticas de orientação neoliberal na década seguinte, caracterizadas pela redução do papel do Estado, pela abertura comercial e pela valorização dos mecanismos de mercado como reguladores da economia.

Apesar dessas mudanças, o debate sobre o desenvolvimentismo permanece aberto e relevante no século XXI, especialmente diante dos desafios impostos pela globalização, pela revolução tecnológica e pelas crescentes desigualdades socioeconômicas. Nesse cenário, novas abordagens, como o chamado “novo desenvolvimentismo”, buscam reinterpretar os fundamentos clássicos à luz das transformações contemporâneas, propondo estratégias que conciliem crescimento econômico, estabilidade macroeconômica e inclusão social. Autores como Luiz Carlos Bresser-Pereira destacam a importância de um Estado estratégico, capaz de coordenar políticas industriais, cambiais e fiscais de forma articulada, visando fortalecer a competitividade nacional e reduzir a vulnerabilidade externa.

Além disso, o desenvolvimentismo contemporâneo dialoga com novas agendas globais, como o desenvolvimento sustentável, a economia verde e a inovação tecnológica. A necessidade de compatibilizar crescimento econômico com preservação ambiental e justiça social impõe desafios adicionais à formulação de políticas públicas, exigindo abordagens mais complexas e integradas. Nesse sentido, o papel do Estado volta a ser objeto de debate, não apenas como agente promotor do crescimento, mas também como regulador e indutor de

práticas econômicas mais sustentáveis e inclusivas.

Diante desse panorama, a presente monografia tem como objetivo analisar o desenvolvimentismo econômico no Brasil, abordando seus principais paradigmas, personagens e sua atualidade. Trata-se de uma investigação de natureza bibliográfica, que busca sistematizar contribuições teóricas clássicas e contemporâneas, bem como interpretar a evolução histórica do modelo desenvolvimentista no país. A pesquisa se orienta pela seguinte problemática: em que medida o desenvolvimentismo, em suas diferentes versões, permanece relevante como estratégia de desenvolvimento econômico no Brasil contemporâneo?

Para responder a essa questão, o estudo estabelece como objetivo geral compreender a trajetória do desenvolvimentismo no Brasil, identificando seus fundamentos teóricos, suas principais fases históricas e seus desdobramentos atuais. Como objetivos específicos, propõe-se: (i) analisar os fundamentos conceituais do desenvolvimentismo e suas origens no pensamento econômico; (ii) examinar a evolução histórica do modelo no contexto brasileiro; (iii) discutir os principais paradigmas associados ao desenvolvimento econômico; (iv) identificar e analisar as contribuições de personagens centrais do desenvolvimentismo brasileiro, como Celso Furtado e Ignacio Rangel; e (v) avaliar a atualidade do desenvolvimentismo frente aos desafios econômicos contemporâneos.

A justificativa para a realização deste estudo reside na relevância do tema para a compreensão dos caminhos do desenvolvimento econômico no Brasil, especialmente em um contexto marcado por incertezas e transformações estruturais. Ao revisitar o pensamento desenvolvimentista e suas aplicações históricas, torna-se possível extrair lições importantes para a formulação de políticas públicas mais eficazes e alinhadas às necessidades do país. Ademais, a análise dos diferentes paradigmas e interpretações do desenvolvimento contribui para o enriquecimento do debate acadêmico, oferecendo subsídios teóricos e empíricos para futuras pesquisas na área.

No que se refere à metodologia, a pesquisa caracteriza-se como uma revisão bibliográfica, baseada na análise de obras clássicas e contemporâneas da literatura econômica, bem como de artigos científicos, livros e documentos institucionais relevantes. A abordagem adotada é qualitativa, com ênfase na interpretação crítica das contribuições teóricas e na contextualização histórica dos fenômenos analisados. O levantamento bibliográfico foi realizado em bases de dados acadêmicas e repositórios científicos, priorizando autores reconhecidos na área e publicações com rigor metodológico.

Por fim, a estrutura deste trabalho está organizada de modo a proporcionar uma compreensão progressiva do tema. Após esta introdução, o segundo capítulo aborda os fundamentos teóricos do desenvolvimentismo; o terceiro capítulo apresenta a trajetória histórica do modelo no Brasil; o quarto discute os principais paradigmas do desenvolvimento econômico; o quinto analisa os personagens centrais do desenvolvimentismo brasileiro; e o sexto capítulo examina a atualidade do tema, considerando os desafios contemporâneos. As considerações finais sintetizam os principais achados da pesquisa, destacando suas contribuições e limitações. Dessa forma, espera-se que este estudo contribua para uma compreensão mais aprofundada do desenvolvimentismo no Brasil, evidenciando sua importância histórica e seu potencial como instrumento analítico e prático para enfrentar os desafios do desenvolvimento no século XXI.



Capítulo 2

**FUNDAMENTOS TEÓRICOS DO
DESENVOLVIMENTISMO**

O desenvolvimentismo constitui um dos principais referenciais teóricos e analíticos para a compreensão das estratégias de crescimento econômico adotadas por países periféricos ao longo do século XX, especialmente no contexto latino-americano. Este capítulo tem como propósito apresentar os fundamentos teóricos que sustentam essa corrente de pensamento, oferecendo uma base conceitual e histórica necessária para a análise de sua aplicação no Brasil. Nesse sentido, serão abordados, de forma integrada, o conceito de desenvolvimentismo, suas principais características e pressupostos, bem como suas origens históricas, com ênfase na contribuição do pensamento estruturalista formulado no âmbito da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe.

CONCEITO DE DESENVOLVIMENTISMO

O conceito de desenvolvimentismo ocupa posição central no debate sobre estratégias de crescimento econômico em países periféricos e semiperiféricos, constituindo-se como uma das principais matrizes teóricas e práticas voltadas à superação do subdesenvolvimento. Trata-se de uma abordagem que articula elementos da teoria econômica, da história econômica e da ciência política, enfatizando o papel ativo do Estado na promoção da industrialização, na coordenação de investimentos e na indução de mudanças estruturais capazes de elevar o nível de renda e bem-estar da população (Chang, 2002). Embora não se configure como uma escola homogênea, o desenvolvimentismo apresenta um conjunto de princípios compartilhados que o distinguem das abordagens liberais e neoclássicas, sobretudo no que se refere à crítica à autorregulação dos mercados e à defesa de políticas econômicas deliberadas voltadas ao desenvolvimento.

De forma geral, o desenvolvimentismo pode ser definido como um projeto de transformação econômica baseado na intervenção estratégica do Estado, com o objetivo de promover a industrialização, reduzir a dependência externa e superar as assimetrias estruturais que caracterizam as economias subdesenvolvidas. Essa definição encontra respaldo nas contribuições de autores clássicos como Celso Furtado, que compreende o desenvolvimento como um processo histórico e estrutural, marcado por relações desiguais no sistema econômico internacional (Furtado, 2000). Para o autor, o subdesenvolvimento não é uma etapa transitória, mas uma condição específica resultante da inserção subordinada das economias periféricas na divisão internacional do trabalho.

Nesse sentido, o desenvolvimentismo se opõe à visão linear e evolucionista do desenvolvimento, segundo a qual todos os países tenderiam a seguir o mesmo caminho trilhado pelas economias centrais. Ao contrário, essa abordagem reconhece a existência de trajetórias diferenciadas e a necessidade de políticas específicas para enfrentar os obstáculos estruturais ao crescimento econômico. Essa perspectiva é reforçada por Hirschman (1958), ao destacar a importância dos “enclaves produtivos” (linkages) como mecanismo de dinamização da economia, sugerindo que o desenvolvimento ocorre de forma desequilibrada, a partir de setores estratégicos capazes de induzir o crescimento de outras atividades.

Um dos pilares fundamentais do desenvolvimentismo é a centralidade da industrialização como motor do crescimento econômico. A indústria é vista como o setor capaz de gerar ganhos de produtividade, promover a inovação tecnoló-

gica e ampliar a capacidade de acumulação de capital. Nesse contexto, políticas de substituição de importações foram amplamente adotadas por países latino-americanos ao longo do século XX, com o objetivo de reduzir a dependência de bens manufaturados estrangeiros e fortalecer a produção nacional. Segundo Prebisch (1949), a especialização produtiva em bens primários impõe limites ao crescimento das economias periféricas, uma vez que os termos de troca tendem a se deteriorar ao longo do tempo.

A crítica à inserção desigual no comércio internacional constitui, portanto, um elemento central do pensamento desenvolvimentista. A partir das contribuições da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, especialmente sob a liderança de Raúl Prebisch, consolidou-se a ideia de que o sistema econômico mundial é estruturado de forma hierárquica, com países centrais exportando produtos industrializados de alto valor agregado e países periféricos exportando commodities de baixo valor. Essa estrutura gera um padrão de dependência que dificulta o desenvolvimento autônomo das economias periféricas (Prebisch, 1949; Furtado, 1961).

Outro aspecto fundamental do desenvolvimentismo é a defesa de um Estado forte e atuante, capaz de planejar e coordenar o processo de desenvolvimento. O Estado desenvolvimentista assume funções que vão além da regulação econômica, incluindo a promoção de investimentos em infraestrutura, o incentivo à inovação tecnológica e a implementação de políticas industriais. De acordo com Bresser-Pereira (2006), o Estado deve atuar de forma estratégica, articulando políticas macroeconômicas e microeconômicas para garantir a competitividade internacional e o crescimento sustentado.

Essa concepção de Estado contrasta com a visão liberal, que tende a limitar sua atuação à garantia das condições de funcionamento do mercado. No desenvolvimentismo, o mercado é reconhecido como um mecanismo importante de alocação de recursos, mas insuficiente para promover o desenvolvimento em contextos de desigualdade estrutural. Assim, a intervenção estatal é vista como necessária para corrigir falhas de mercado, promover a coordenação econômica e induzir investimentos em setores estratégicos (Chang, 2002).

Além disso, o desenvolvimentismo incorpora uma dimensão social, ao reconhecer que o crescimento econômico deve estar associado à melhoria das condições de vida da população. Embora nem sempre tenha sido plenamente alcançado na prática, o objetivo de promover um desenvolvimento mais inclusivo está presente nas formulações teóricas dessa corrente. Sen (2000) amplia essa perspectiva ao enfatizar que o desenvolvimento deve ser entendido como expansão das liberdades substantivas, incluindo acesso à educação, saúde e oportunidades econômicas.

No plano contemporâneo, o conceito de desenvolvimentismo tem sido revisitado e reinterpretado à luz das transformações no cenário econômico global. O chamado “novo desenvolvimentismo” busca atualizar os fundamentos clássicos, incorporando preocupações com a estabilidade macroeconômica, a sustentabilidade ambiental e a inserção competitiva na economia internacional. Segundo Bresser-Pereira (2011), essa abordagem propõe uma combinação de políticas cambiais, fiscais e industriais que visam evitar a sobrevalorização da moeda, estimular as exportações e promover o crescimento com equilíbrio externo.

Nesse contexto, o desenvolvimentismo contemporâneo também dialoga

com novas agendas globais, como a economia do conhecimento, a digitalização e a transição energética. A necessidade de conciliar crescimento econômico com sustentabilidade ambiental impõe novos desafios à formulação de políticas públicas, exigindo abordagens mais complexas e integradas. De acordo com Rodrik (2011), não existe uma fórmula única para o desenvolvimento, sendo necessário adaptar as estratégias às condições específicas de cada país.

Apesar de suas contribuições, o desenvolvimentismo também tem sido objeto de críticas. Entre as principais, destacam-se os riscos associados à excessiva intervenção estatal, como ineficiências alocativas, captura por interesses privados e problemas fiscais. A crise da dívida externa na década de 1980, por exemplo, evidenciou as limitações de modelos baseados em forte endividamento público e proteção excessiva da indústria nacional. No entanto, tais críticas não invalidam a relevância do desenvolvimentismo como abordagem teórica, mas indicam a necessidade de aperfeiçoamento de suas estratégias.

Para Chang (2002), o desenvolvimentismo pode ser compreendido como uma abordagem multifacetada que combina elementos teóricos e práticos voltados à promoção do desenvolvimento econômico em contextos de subdesenvolvimento. Como preconiza Bresser-Pereira (2011), ela enfatiza o papel do Estado, de modo que a importância da industrialização e a necessidade de políticas públicas articuladas oferece importantes contribuições para a compreensão dos desafios enfrentados por países como o Brasil. Sua evolução ao longo do tempo demonstra a capacidade de adaptação às mudanças no cenário global, mantendo-se como uma referência relevante no debate contemporâneo sobre desenvolvimento.

ORIGENS HISTÓRICAS DO PENSAMENTO DESENVOLVIMENTISTA

As origens históricas do pensamento desenvolvimentista estão profundamente associadas às transformações estruturais da economia mundial ao longo do século XX, especialmente no período que sucede a Segunda Guerra Mundial. Conforme Chang (2002), a emergência dessa corrente teórica não pode ser compreendida de forma dissociada das condições históricas que marcaram a consolidação do sistema capitalista internacional, tampouco das assimetrias econômicas entre países centrais e periféricos. Nesse sentido, o desenvolvimentismo surge como uma resposta teórica e política às limitações das abordagens econômicas clássicas e neoclássicas, que não ofereciam instrumentos analíticos adequados para explicar o subdesenvolvimento.

No plano internacional, o pós-guerra foi caracterizado pela reorganização da ordem econômica global, com a criação de instituições multilaterais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, além da consolidação dos Estados Unidos como potência hegemônica. Paralelamente, países da América Latina, Ásia e África enfrentavam desafios relacionados à baixa industrialização, à dependência de exportações primárias e à vulnerabilidade externa. Foi nesse contexto que emergiu uma reflexão crítica sobre o desenvolvimento, impulsionada por economistas que buscavam compreender as especificidades das economias periféricas (Furtado, 2000).

Um dos marcos fundamentais na constituição do pensamento desenvolvimentista foi a criação da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe,

em 1948, no âmbito das Nações Unidas. A CEPAL desempenhou papel central na formulação do estruturalismo latino-americano, corrente que se tornou a principal base teórica do desenvolvimentismo. Sob a liderança de Raúl Prebisch, a instituição elaborou uma crítica contundente à teoria das vantagens comparativas, argumentando que o comércio internacional não promovia necessariamente o desenvolvimento equilibrado entre as nações.

A contribuição de Prebisch foi decisiva ao introduzir a noção de centro-periferia, segundo a qual a economia mundial é estruturada de forma hierárquica, com os países centrais concentrando a produção de bens manufaturados e tecnologia, enquanto os países periféricos permanecem especializados na exportação de produtos primários. Essa divisão internacional do trabalho resulta em uma dinâmica de troca desigual, na qual os termos de troca tendem a se deteriorar para os países periféricos ao longo do tempo (Prebisch, 1949). Tal fenômeno implica uma transferência sistemática de renda da periferia para o centro, dificultando o processo de acumulação de capital e, conseqüentemente, o desenvolvimento econômico.

A partir dessa interpretação, o pensamento cepalino passou a defender a industrialização como estratégia central para a superação do subdesenvolvimento. A política de substituição de importações foi concebida como instrumento para reduzir a dependência externa e promover a diversificação da estrutura produtiva. Essa estratégia baseava-se na ideia de que o desenvolvimento industrial permitiria a internalização de setores produtivos mais dinâmicos, aumentando a produtividade e estimulando o crescimento econômico (Furtado, 1961).

Nesse contexto, destaca-se também a contribuição de Celso Furtado, cuja obra representa um dos pilares do pensamento desenvolvimentista no Brasil. Furtado aprofundou a análise estruturalista ao enfatizar que o subdesenvolvimento não é uma etapa do desenvolvimento, mas uma condição histórica específica, resultante da formação econômica das sociedades periféricas. Em sua interpretação, o subdesenvolvimento está associado à existência de estruturas produtivas heterogêneas e à persistência de relações sociais desiguais, que limitam a difusão dos ganhos de produtividade (Furtado, 2000).

Outro conceito fundamental desenvolvido no âmbito do estruturalismo é o de heterogeneidade estrutural, que se refere à coexistência de setores modernos e atrasados dentro de uma mesma economia. Essa característica é particularmente evidente nos países latino-americanos, onde segmentos industriais relativamente avançados convivem com setores tradicionais de baixa produtividade. Tal configuração dificulta a integração econômica e social, exigindo a intervenção do Estado para promover políticas de desenvolvimento capazes de reduzir essas disparidades (Bielschowsky, 2000).

Bielschowsky (2000) compreende que a atuação do Estado, aliás, constitui um elemento central na consolidação do pensamento desenvolvimentista. Diferente-se das abordagens liberais, que atribuem ao mercado a função de coordenar a atividade econômica, já que o desenvolvimentismo defende a necessidade de um Estado forte e planejador, capaz de induzir o crescimento econômico e orientar os investimentos estratégicos. Essa perspectiva foi amplamente adotada por diversos países em desenvolvimento, que implementaram políticas de industrialização, proteção tarifária e planejamento econômico ao longo das décadas de 1950 e 1960.

No entanto, as origens do desenvolvimentismo não se limitam ao contexto latino-americano. Influências importantes podem ser identificadas em correntes anteriores do pensamento econômico, como o nacionalismo econômico de Friedrich List, que defendia a proteção das indústrias nascente como condição para o desenvolvimento, e o keynesianismo, que enfatizava o papel do Estado na regulação da demanda agregada e na promoção do emprego. Essas contribuições foram reinterpretadas e adaptadas pelos economistas estruturalistas, dando origem a uma abordagem original voltada às especificidades dos países periféricos (Bresser-Pereira, 2006).

Ao longo das décadas de 1950 e 1970, o desenvolvimentismo consolidou-se como paradigma dominante em diversos países da América Latina, influenciando a formulação de políticas públicas e estratégias de desenvolvimento. No Brasil, por exemplo, esse modelo orientou iniciativas como a criação de empresas estatais, a expansão da infraestrutura e a implementação de planos de desenvolvimento econômico. Contudo, a partir da década de 1980, o modelo desenvolvimentista entrou em crise, em decorrência de fatores como o endividamento externo, a inflação elevada e as mudanças no cenário econômico internacional.

Essa crise abriu espaço para a ascensão de políticas de orientação neoliberal, que passaram a questionar a eficácia da intervenção estatal e a defender a liberalização econômica como caminho para o desenvolvimento. Ainda assim, o pensamento desenvolvimentista não desapareceu, sendo reformulado em novas abordagens, como o chamado novo desenvolvimentismo, que busca conciliar estabilidade macroeconômica, crescimento econômico e inclusão social (Bresser-Pereira, 2011).

Rodrik (2007) pontua que a relevância do desenvolvimentismo no contexto contemporâneo, especialmente diante dos desafios impostos pela globalização, pela financeirização da economia e pelas desigualdades persistentes. Autores contemporâneos destacam a necessidade de políticas industriais ativas, inovação tecnológica e fortalecimento das instituições como elementos fundamentais para o desenvolvimento sustentável (Chang, 2002). Dessa forma, as origens históricas do pensamento desenvolvimentista apresentam um processo complexo de construção teórica, marcado pela interação entre diferentes correntes de pensamento e pela resposta a contextos históricos específicos. Conforme observa Chang (2002), é possível compreender essas origens, sendo possível analisar de forma mais crítica e aprofundada as trajetórias de desenvolvimento adotadas pelos países periféricos, bem como as possibilidades e limites das estratégias desenvolvimentistas no cenário atual.

INFLUÊNCIA DA COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE

A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe desempenhou um papel decisivo na formulação, consolidação e difusão do pensamento desenvolvimentista na América Latina, configurando-se como uma das principais instituições responsáveis pela construção de uma interpretação própria sobre o subdesenvolvimento e suas possibilidades de superação. Criada em 1948 no âmbito das Nações Unidas, a CEPAL emergiu em um contexto histórico marcado pelas profundas transformações do pós-Segunda Guerra Mundial, período em que se

intensificaram os debates sobre crescimento econômico, reconstrução e desenvolvimento, especialmente nas regiões periféricas do sistema internacional. Nesse cenário, a América Latina buscava alternativas para superar sua condição de dependência econômica e estrutural, fortemente baseada na exportação de produtos primários e na vulnerabilidade às oscilações do mercado internacional.

A contribuição central da CEPAL reside na elaboração de um arcabouço teórico que rompe com os pressupostos universalistas da teoria econômica neoclássica, propondo uma análise histórica e estrutural das economias latino-americanas. Nesse sentido, destaca-se o trabalho de Raúl Prebisch, considerado o principal formulador do pensamento cepalino. Em seu relatório seminal, Prebisch (1949) introduz a tese da deterioração dos termos de troca, segundo a qual os países exportadores de bens primários enfrentam uma tendência de queda relativa nos preços de seus produtos em comparação com os bens manufaturados produzidos pelos países centrais. Essa dinâmica implica uma transferência sistemática de renda da periferia para o centro, limitando a capacidade de acumulação de capital e, conseqüentemente, o desenvolvimento econômico dos países latino-americanos.

A partir dessa constatação, a CEPAL desenvolveu o conceito de sistema centro-periferia, que se tornou um dos pilares do pensamento estruturalista. Segundo essa perspectiva, a economia mundial está organizada de forma hierárquica, na qual os países centrais concentram tecnologia, capital e capacidade de inovação, enquanto os países periféricos permanecem especializados em atividades de baixa produtividade e reduzido valor agregado. Essa estrutura desigual não é transitória, mas sim reproduzida historicamente, o que exige intervenções deliberadas para sua superação (Prebisch, 1949; Furtado, 2000).

Nesse contexto, a industrialização por substituição de importações (ISI) foi proposta como a principal estratégia para promover o desenvolvimento econômico na América Latina. Essa política consistia em estimular a produção interna de bens anteriormente importados, com o objetivo de reduzir a dependência externa, diversificar a estrutura produtiva e fortalecer o mercado interno. De acordo com Furtado (1961), a industrialização representa não apenas um processo econômico, mas também uma transformação estrutural capaz de alterar as relações sociais, políticas e institucionais, criando as bases para um desenvolvimento mais autônomo.

A influência da CEPAL no pensamento desenvolvimentista brasileiro foi particularmente significativa, sobretudo a partir da década de 1950, quando suas ideias passaram a orientar a formulação de políticas públicas voltadas à industrialização e ao planejamento econômico. A criação de instituições como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), em 1952, e a implementação de planos de desenvolvimento, como o Plano de Metas durante o governo de Juscelino Kubitschek, refletem a incorporação dos princípios cepalinos na estratégia de crescimento do país (Bielschowsky, 2000).

Outro conceito fundamental desenvolvido pela CEPAL é o de heterogeneidade estrutural, que se refere à coexistência de setores econômicos com diferentes níveis de produtividade dentro de uma mesma economia. Essa característica, típica dos países em desenvolvimento, resulta em desigualdades regionais e sociais, dificultando a difusão dos ganhos de produtividade e a consolidação de um crescimento equilibrado. A superação dessa heterogeneidade exige políticas

públicas específicas, voltadas à integração dos setores produtivos e à promoção de investimentos em áreas estratégicas (Rodríguez, 2009).

Além disso, a CEPAL enfatizou a importância do planejamento econômico como instrumento de coordenação das políticas públicas e de orientação dos investimentos. O planejamento estatal foi concebido como uma ferramenta essencial para superar as limitações do mercado e garantir que os recursos fossem alocados de forma eficiente, com vistas ao desenvolvimento econômico e social. Essa perspectiva reforça a centralidade do Estado no pensamento desenvolvimentista, consolidando-o como agente fundamental no processo de transformação estrutural (Bresser-Pereira, 2011).

Ao longo das décadas de 1960 e 1970, o pensamento cepalino passou por revisões e aprofundamentos, incorporando novas dimensões analíticas, como a questão da dependência externa e as limitações do modelo de substituição de importações. Autores vinculados à chamada teoria da dependência, como Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, dialogaram com a tradição estruturalista, destacando que o desenvolvimento e o subdesenvolvimento são processos interdependentes no sistema capitalista global (Cardoso; Faletto, 1970). Essa abordagem ampliou o escopo da análise cepalina, incorporando aspectos políticos e sociais à compreensão das dinâmicas econômicas.

A crise da dívida externa na década de 1980 e a subsequente adoção de políticas neoliberais na América Latina representaram um momento de inflexão para o pensamento desenvolvimentista. Nesse período, as ideias da CEPAL foram parcialmente relegadas, em favor de políticas de ajuste estrutural, liberalização comercial e redução do papel do Estado. No entanto, a persistência de problemas como a desigualdade, a vulnerabilidade externa e a baixa competitividade industrial levaram a uma revalorização do pensamento estruturalista a partir dos anos 2000 (Bielschowsky, 2009).

Nesse contexto, a CEPAL passou a incorporar novas agendas, como o desenvolvimento sustentável, a inovação tecnológica e a inclusão social, adaptando suas propostas às transformações do cenário global. O conceito de “transformação produtiva com equidade”, introduzido pela instituição, busca conciliar crescimento econômico com justiça social, destacando a importância de políticas públicas voltadas à redução das desigualdades e à promoção de oportunidades (CEPAL, 2010).

Segundo Ocampo (2011), a abordagem estruturalista continua relevante para a compreensão das assimetrias do sistema econômico internacional e para a formulação de estratégias de desenvolvimento mais inclusivas e sustentáveis. Da mesma forma, Cimoli, Dosi e Stiglitz (2009) destacam a importância das políticas industriais e da intervenção estatal para promover a inovação e o desenvolvimento tecnológico nos países em desenvolvimento.

No caso brasileiro, a influência da CEPAL permanece evidente no debate contemporâneo sobre desenvolvimento, especialmente nas propostas de reindustrialização, fortalecimento do mercado interno e promoção da inovação. A retomada do papel do Estado como agente indutor do crescimento econômico, defendida por autores como Bresser-Pereira (2011), dialoga diretamente com os princípios do pensamento cepalino, evidenciando sua permanência como referência teórica e prática.

Cimoli, Dosi e Stiglitz (2009) enfatizam que a CEPAL desempenhou e con-

tinua desempenhando um papel fundamental na construção do pensamento desenvolvimentista na América Latina, oferecendo uma interpretação crítica das relações econômicas internacionais e propondo estratégias concretas para a superação do subdesenvolvimento, a instituição contribuiu significativamente para a formulação de políticas públicas e para o avanço do debate acadêmico sobre desenvolvimento. Nesse sentido, a sua abordagem estruturalista, centrada na análise das especificidades históricas e institucionais das economias periféricas, permanece atual e relevante, especialmente em um contexto marcado por desafios complexos e interdependentes.



Capítulo 3

**O DESENVOLVIMENTISMO
NO BRASIL: TRAJETÓRIA
HISTÓRICA**

A trajetória do desenvolvimentismo no Brasil constitui um dos eixos centrais para a compreensão das transformações econômicas, sociais e institucionais ocorridas no país ao longo do século XX e início do século XXI. Este capítulo tem como objetivo analisar a evolução histórica desse modelo, evidenciando suas diferentes fases, suas estratégias de implementação e seus impactos estruturais. Para tanto, parte-se de uma abordagem que considera o desenvolvimentismo não apenas como uma política econômica, mas como um projeto nacional de modernização, articulado em torno da industrialização, da ampliação da capacidade produtiva e da atuação estratégica do Estado. Ao longo deste capítulo, busca-se demonstrar como esse modelo foi sendo construído, adaptado e, em determinados momentos, contestado, conforme as mudanças no contexto econômico interno e internacional.

Inicialmente, será abordado o período que compreende a consolidação do Estado nacional a partir da década de 1930, com destaque para as transformações promovidas durante a Era Vargas. Esse momento marca o início de uma ruptura com o modelo primário-exportador e a adoção de políticas voltadas à industrialização e à diversificação econômica. A criação de empresas estatais, a regulamentação das relações de trabalho e a implementação de políticas de proteção à indústria nascente configuram elementos fundamentais dessa fase, que estabeleceu as bases institucionais do desenvolvimentismo brasileiro. Trata-se de um período em que o Estado assume um papel protagonista na condução do processo de desenvolvimento, influenciado, ainda que de forma incipiente, pelas ideias estruturalistas em formação no cenário latino-americano.

Na sequência, o capítulo examinará o aprofundamento do projeto desenvolvimentista nas décadas de 1950 e 1960, com ênfase no governo de Juscelino Kubitschek e na implementação do Plano de Metas. Esse período é caracterizado pela intensificação da industrialização, pela expansão da infraestrutura e pela abertura ao capital estrangeiro como estratégia de aceleração do crescimento econômico. Em seguida, será analisado o período do regime militar, no qual o desenvolvimentismo assume contornos mais autoritários, mas mantém o foco na expansão industrial e na modernização da economia, especialmente durante o chamado “milagre econômico”. Também serão discutidas as contradições desse modelo, incluindo o aumento da desigualdade social e a crescente dependência de financiamento externo.

Por fim, o capítulo abordará a crise do modelo desenvolvimentista a partir da década de 1980, marcada pela crise da dívida externa, pela estagnação econômica e pela transição para políticas de orientação neoliberal nos anos 1990. Serão analisadas as mudanças no papel do Estado, a abertura comercial e financeira, bem como os impactos dessas transformações sobre a estrutura produtiva nacional. Além disso, será discutida a reconfiguração do debate desenvolvimentista no século XXI, considerando as tentativas de retomada de políticas industriais e o surgimento de novas abordagens, como o novo desenvolvimentismo. Dessa forma, este capítulo oferece uma visão abrangente da trajetória histórica do desenvolvimentismo no Brasil, permitindo compreender suas continuidades, rupturas e desafios contemporâneos.

O PERÍODO ERA VARGAS E O INÍCIO DA INDUSTRIALIZAÇÃO

A análise do processo de industrialização brasileira exige, necessariamente, a compreensão do período correspondente à Era Vargas, marco histórico que redefine as bases econômicas, políticas e institucionais do país. A partir da Revolução de 1930, que conduziu Getúlio Vargas ao poder, o Brasil passou por uma profunda reorientação de seu modelo de desenvolvimento, rompendo, ainda que de forma gradual, com a lógica agrário-exportadora predominante durante a Primeira República (Cano, 2007). Nesse contexto, o Estado assume papel central na condução da economia, estabelecendo as bases para o processo de industrialização e para a constituição de um projeto nacional desenvolvimentista.

Até o início do século XX, a economia brasileira caracterizava-se por uma forte dependência das exportações de produtos primários, especialmente o café, cuja dinâmica condicionava o ritmo de crescimento econômico e a estabilidade financeira do país. Esse modelo, embora tenha proporcionado períodos de prosperidade, mostrava-se vulnerável às oscilações do mercado internacional, como evidenciado pela crise de 1929, que provocou uma queda abrupta nos preços das commodities e expôs as fragilidades estruturais da economia brasileira. A Grande Depressão, portanto, desempenhou papel decisivo na inflexão do modelo econômico vigente, abrindo espaço para a adoção de políticas voltadas à industrialização e à diversificação produtiva (Furtado, 2000).

Nesse cenário, a ascensão de Vargas ao poder representa não apenas uma mudança de liderança política, mas também a emergência de um novo padrão de intervenção estatal. O governo varguista implementou uma série de medidas que visavam fortalecer o mercado interno, estimular a produção industrial e reduzir a dependência externa. Entre essas medidas, destacam-se a política de valorização do café, que buscava estabilizar os preços por meio da compra e estocagem do produto, e a adoção de políticas cambiais e tarifárias que favoreciam a indústria nascente, criando um ambiente mais protegido para o desenvolvimento do setor manufatureiro (Baer, 2009).

A industrialização durante a Era Vargas não foi resultado de um planejamento sistemático desde o início, mas sim de um processo gradual, impulsionado tanto por fatores internos quanto externos. A restrição das importações, decorrente das crises internacionais e das dificuldades cambiais, estimulou a produção interna de bens anteriormente importados, dando origem ao processo de substituição de importações. Esse movimento foi particularmente relevante durante a década de 1930, quando a escassez de divisas limitava a capacidade de importar produtos manufaturados, incentivando o desenvolvimento da indústria nacional (Tavares, 1972).

Além disso, o Estado passou a atuar de forma mais direta na economia, criando instituições e empresas públicas estratégicas para o desenvolvimento industrial. Um dos marcos desse período foi a criação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), em 1941, considerada fundamental para o estabelecimento da indústria de base no Brasil. A CSN não apenas reduziu a dependência de importações de aço, como também viabilizou o desenvolvimento de outros setores industriais, consolidando a infraestrutura necessária para a industrialização (Draibe, 1985).

Conforme Baer (2009), no período varguista foi a consolidação de um arcabouço institucional voltado à regulação das relações de trabalho e à organização

do mercado de trabalho urbano. A criação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), em 1943, representa um marco na institucionalização dos direitos trabalhistas no Brasil, contribuindo para a formação de uma classe trabalhadora urbana e para o fortalecimento do mercado interno. Ao garantir direitos como salário mínimo, jornada de trabalho regulamentada e proteção social, o Estado ampliava a capacidade de consumo da população, elemento essencial para a dinamização da economia industrial (Cardoso, 2010).

No plano político, o Estado Novo (1937-1945) consolidou um modelo de centralização do poder e de autoritarismo, que, embora tenha restringido as liberdades democráticas, permitiu a implementação de políticas econômicas de forma mais coordenada e eficaz. A centralização administrativa facilitou a execução de projetos de grande escala e a articulação entre diferentes setores da economia, reforçando o papel do Estado como agente indutor do desenvolvimento (Skidmore, 1976).

Do ponto de vista teórico, o período varguista pode ser interpretado como um momento de transição para o desenvolvimentismo, ainda que esse conceito só venha a ser sistematizado posteriormente, especialmente a partir das contribuições da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe. A prática de políticas industriais, a proteção à indústria nascente e a atuação estatal na economia antecipam elementos que seriam posteriormente formalizados no pensamento estruturalista latino-americano. Nesse sentido, a experiência brasileira durante a Era Vargas constitui um exemplo empírico relevante para a compreensão das estratégias de desenvolvimento adotadas em países periféricos (Bresser-Pereira, 2006).

Contudo, é importante destacar que o processo de industrialização iniciado nesse período apresentou limitações significativas. A concentração regional da indústria, especialmente no Sudeste, contribuiu para o aprofundamento das desigualdades regionais, enquanto a dependência de tecnologias estrangeiras limitava a autonomia produtiva do país. Além disso, a industrialização ocorreu de forma desigual, com forte presença de capital estrangeiro em determinados setores, o que gerava tensões entre os interesses nacionais e internacionais (Cano, 2007).

Outro ponto relevante diz respeito à relação entre industrialização e estrutura agrária. Apesar dos avanços no setor industrial, o campo permaneceu marcado por relações de produção tradicionais e por uma elevada concentração fundiária, o que limitava a expansão do mercado interno e perpetuava desigualdades sociais. A ausência de uma reforma agrária efetiva durante o período varguista é frequentemente apontada como um dos fatores que restringiram o alcance do desenvolvimento econômico (Furtado, 2000).

Isso posto, os avanços promovidos durante a Era Vargas foram fundamentais para a consolidação de uma base industrial no Brasil. A diversificação da estrutura produtiva, a criação de instituições econômicas e a ampliação do papel do Estado estabeleceram as condições necessárias para o desenvolvimento econômico nas décadas seguintes. O período pós-1945, especialmente durante o governo de Juscelino Kubitschek, daria continuidade a esse processo, aprofundando a industrialização e consolidando o modelo desenvolvimentista.

Conforme argumenta Draibe (1985), a Era Vargas representa um momento decisivo na história econômica brasileira, marcando o início de um processo de

transformação estrutural que redefiniria as bases do desenvolvimento nacional, rompendo com o modelo agrário-exportador e promover a industrialização, de modo que o Estado brasileiro assume um papel central na condução da economia, antecipando elementos fundamentais do desenvolvimentismo. Apesar das limitações e contradições, esse período constitui um marco na trajetória do desenvolvimento econômico do país, cujos efeitos ainda se fazem presentes na atualidade.

O PLANO DE METAS NO GOVERNO JUSCELINO KUBITSCHKEK

O período do governo de Juscelino Kubitschek representa um dos momentos mais emblemáticos da trajetória desenvolvimentista brasileira, sendo frequentemente associado à consolidação de uma estratégia de crescimento acelerado baseada na industrialização, na expansão da infraestrutura e na forte atuação do Estado como indutor do desenvolvimento econômico. Nesse contexto, Baer (2009) observa que o chamado Plano de Metas constituiu-se como o principal instrumento de planejamento econômico do governo, sintetizando o projeto político-econômico de promover “cinquenta anos em cinco”, lema que expressava a ambição de acelerar o processo de modernização do país.

O Plano de Metas foi estruturado em torno de trinta e uma metas distribuídas em cinco grandes setores considerados estratégicos: energia, transporte, alimentação, indústria de base e educação, sendo posteriormente acrescida a chamada “meta-síntese”, que correspondia à construção de Brasília. Essa estrutura refletia uma visão integrada do desenvolvimento, na qual o crescimento industrial deveria ser sustentado por investimentos em infraestrutura e pela ampliação da capacidade produtiva nacional. Conforme destaca Lessa (1981), o Plano de Metas não foi apenas um conjunto de projetos isolados, mas um esforço sistemático de coordenação de políticas públicas voltadas à transformação estrutural da economia brasileira.

Do ponto de vista teórico, o Plano de Metas estava alinhado com os pressupostos do desenvolvimentismo estruturalista, fortemente influenciado pelas ideias formuladas no âmbito da CEPAL. A ênfase na industrialização por substituição de importações, na ampliação do mercado interno e na intervenção estatal como mecanismo de superação das limitações estruturais do subdesenvolvimento revela a influência direta do pensamento cepalino. Segundo Furtado (2000), o desenvolvimento econômico em países periféricos exige uma ação deliberada do Estado para romper com os padrões de especialização produtiva impostos pelo sistema internacional.

Nesse sentido, o governo Kubitschek adotou uma estratégia de desenvolvimento baseada na atração de investimentos estrangeiros, especialmente no setor industrial, ao mesmo tempo em que fortalecia a atuação de empresas estatais em áreas estratégicas, como energia e transporte. Essa combinação entre capital nacional, capital estrangeiro e Estado ficou conhecida como o “tripé desenvolvimentista”, sendo considerada uma das principais características do modelo adotado durante o período. De acordo com Tavares (1972), essa articulação permitiu a rápida expansão da capacidade produtiva, embora também tenha contribuído para o aumento da dependência externa.

A política de industrialização promovida pelo Plano de Metas teve como um

de seus principais focos o desenvolvimento da indústria automobilística, considerada estratégica para a modernização da economia. A instalação de montadoras estrangeiras no país foi incentivada por meio de políticas fiscais e cambiais favoráveis, bem como pela criação de um ambiente institucional propício ao investimento. Como resultado, o setor industrial brasileiro experimentou um crescimento significativo, com destaque para os segmentos de bens duráveis e de capital. Segundo Baer (2009), o período entre 1956 e 1961 foi marcado por uma das mais altas taxas de crescimento industrial da história do Brasil.

Paralelamente, o governo investiu fortemente na expansão da infraestrutura, especialmente nos setores de energia e transporte, considerados essenciais para sustentar o crescimento econômico. A construção de usinas hidrelétricas, a ampliação da malha rodoviária e a modernização dos sistemas de transporte contribuíram para a integração do território nacional e para a redução dos custos logísticos. Nesse contexto, a construção de Brasília assumiu não apenas um caráter simbólico, mas também estratégico, ao promover a interiorização do desenvolvimento e a ocupação de regiões até então pouco exploradas (Holanda, 1976).

Do ponto de vista macroeconômico, o Plano de Metas foi financiado por meio de uma combinação de recursos públicos, crédito interno e capitais externos, o que resultou em um aumento significativo do endividamento e da pressão inflacionária. A política de expansão dos gastos públicos, associada à utilização de mecanismos de financiamento inflacionário, gerou desequilíbrios que se tornariam mais evidentes nos anos seguintes. Conforme argumenta Bresser-Pereira (2011), o modelo desenvolvimentista adotado no período apresentou limitações no que se refere à sustentabilidade macroeconômica, especialmente em função da fragilidade das contas externas.

Apesar dessas limitações, os resultados do Plano de Metas foram expressivos em termos de crescimento econômico e transformação estrutural. O Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro apresentou taxas médias de crescimento superiores a 7% ao ano durante o governo Kubitschek, enquanto a participação da indústria no PIB aumentou significativamente. Além disso, houve avanços importantes na diversificação da estrutura produtiva e na modernização da economia, consolidando as bases para o desenvolvimento industrial nas décadas seguintes (Baer, 2009).

No entanto, o modelo também foi objeto de críticas, especialmente no que diz respeito à concentração de renda, à exclusão social e à dependência tecnológica. A ênfase na industrialização pesada e na atração de capital estrangeiro não foi acompanhada por políticas eficazes de distribuição de renda, o que contribuiu para a manutenção das desigualdades sociais. Ademais, a dependência de tecnologia importada limitou a capacidade de inovação endógena, reforçando a posição subordinada do Brasil na divisão internacional do trabalho (Tavares, 1972).

Pesquisas recentes têm buscado reavaliar o legado do Plano de Metas à luz das transformações ocorridas na economia global e nas teorias do desenvolvimento. Autores contemporâneos destacam a importância do período como um exemplo de planejamento estratégico bem-sucedido, capaz de promover mudanças estruturais significativas em um curto espaço de tempo. Conforme Bresser-Pereira (2016), ao mesmo tempo, reconhecem a necessidade de adaptar os princípios do desenvolvimentismo às novas condições econômicas, incorporando preocupações com sustentabilidade, inovação e inclusão social.

Além disso, a experiência do governo Kubitschek tem sido frequentemente

utilizada como referência no debate sobre políticas de desenvolvimento no Brasil contemporâneo, especialmente em contextos de crise econômica e busca por retomada do crescimento. Baer (2009) observa que a ideia de um Estado ativo, capaz de coordenar investimentos e promover a industrialização, continua a influenciar propostas de política econômica, ainda que com adaptações às exigências do cenário atual.

Para Lessa (1981), o Plano de Metas representa um marco na história do desenvolvimentismo brasileiro, evidenciando tanto o potencial quanto os limites de uma estratégia de crescimento baseada na intervenção estatal e na industrialização acelerada. Ao analisar esse período, é possível compreender os fundamentos do modelo desenvolvimentista no Brasil, bem como suas implicações para o debate contemporâneo sobre desenvolvimento econômico.

O DESENVOLVIMENTISMO DURANTE O REGIME MILITAR

O período do regime militar brasileiro (1964–1985) representa uma fase singular na trajetória do desenvolvimentismo no país, marcada por profundas transformações estruturais, forte centralização do poder estatal e intensificação das estratégias de crescimento econômico orientadas pelo planejamento governamental. Lessa (1982) argumenta que o desenvolvimentismo assumiu características próprias, combinando elementos do estruturalismo latino-americano com uma orientação tecnocrática e autoritária, voltada à aceleração da industrialização e à inserção do Brasil no cenário internacional como economia emergente. A análise desse período exige a consideração simultânea de seus avanços econômicos e de suas contradições sociais e políticas, evidenciando tanto os êxitos quanto os limites do modelo adotado.

A instauração do regime militar, a partir do golpe de 1964, ocorreu em um contexto de instabilidade política e crise econômica, com altas taxas de inflação, déficits fiscais e desaceleração do crescimento. Nesse cenário, os governos militares implementaram um conjunto de reformas institucionais e econômicas com o objetivo de estabilizar a economia e criar as condições para um novo ciclo de expansão. Segundo Tavares (1972), esse processo envolveu uma reconfiguração do papel do Estado, que passou a atuar de forma mais centralizada e tecnicamente orientada, com forte ênfase no planejamento e na coordenação dos investimentos.

Uma das primeiras iniciativas do regime foi a implementação do Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG), entre 1964 e 1967, que estabeleceu as bases para a reorganização macroeconômica do país. O PAEG buscou controlar a inflação, reformar o sistema financeiro e modernizar a estrutura tributária, criando instrumentos que permitiriam ao Estado exercer maior controle sobre a economia. Conforme argumenta Bresser-Pereira (2003), essas reformas foram fundamentais para a consolidação de um modelo de crescimento baseado na expansão do investimento público e privado, articulado por meio de políticas econômicas coordenadas.

A partir do final da década de 1960, o Brasil experimentou um período de crescimento acelerado conhecido como “milagre econômico”, que se estendeu aproximadamente de 1968 a 1973. Durante esse período, o Produto Interno Bruto (PIB) apresentou taxas de crescimento superiores a 10% ao ano, impulsionado por

investimentos em infraestrutura, expansão do crédito e incentivos à industrialização. Esse desempenho foi amplamente associado à atuação do Estado como indutor do desenvolvimento, por meio de empresas estatais, bancos públicos e políticas industriais específicas.

De acordo com Delfim Netto (1981), então ministro da Fazenda durante parte do regime, o crescimento econômico deveria ser priorizado como condição necessária para a posterior distribuição de renda, sintetizado na expressão “é preciso fazer o bolo crescer para depois distribuí-lo”. Essa lógica orientou a política econômica do período, privilegiando a expansão da produção e da produtividade, ainda que em detrimento de uma distribuição mais equitativa dos ganhos econômicos.

O modelo desenvolvimentista adotado durante o regime militar caracterizou-se pela forte presença do Estado na economia, especialmente por meio da criação e expansão de empresas estatais em setores estratégicos, como energia, mineração, telecomunicações e transporte. Instituições como a Petrobras e a Eletrobras desempenharam papel central na execução de projetos de grande escala, contribuindo para a formação de uma base industrial robusta (Almeida, 2014).

Além disso, o Estado atuou como financiador do desenvolvimento por meio de instituições como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, que ampliou significativamente sua atuação durante o período, financiando projetos industriais e de infraestrutura. Segundo Lessa (1982), o BNDES foi um dos principais instrumentos de política econômica do regime, permitindo a realização de investimentos de longo prazo que dificilmente seriam viabilizados pelo setor privado isoladamente.

Almeida (2014) menciona sobre a adoção de planos nacionais de desenvolvimento, como o I e o II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), implementados nas décadas de 1970. Esses planos estabeleceram metas ambiciosas para a expansão da infraestrutura e da indústria de base, incluindo setores como siderurgia, petroquímica, energia e transporte. O II PND, em particular, destacou-se pela ênfase na substituição de importações em setores de alta complexidade tecnológica, buscando reduzir a dependência externa e fortalecer a autonomia econômica do país (Castro; Souza, 1985).

No entanto, o modelo adotado também apresentou importantes limitações e contradições. Apesar do crescimento econômico expressivo, o período foi marcado por uma acentuada concentração de renda e aumento das desigualdades sociais. Segundo Furtado (1983), o padrão de desenvolvimento adotado privilegiou setores modernos da economia, sem promover a integração efetiva das camadas mais pobres da população, resultando em um processo de crescimento excludente.

Além disso, a estratégia de financiamento do desenvolvimento baseada no endividamento externo tornou-se insustentável a partir do final da década de 1970, especialmente em decorrência das mudanças no cenário econômico internacional, como o aumento das taxas de juros e a crise do petróleo. Carneiro (2019) observa que a crise da dívida externa, que se intensificou na década de 1980, revelou a vulnerabilidade do modelo desenvolvimentista adotado durante o regime militar, levando a uma desaceleração do crescimento e à adoção de políticas de ajuste econômico.

Não obstante, observa-se a ausência de participação democrática na formu-

lação das políticas públicas, uma vez que o regime militar restringiu liberdades civis e políticas. Essa característica limitou o debate público e a possibilidade de construção de consensos em torno das estratégias de desenvolvimento, concentrando o poder decisório em uma elite tecnocrática. Conforme destaca Tavares (1972), essa centralização contribuiu para a eficiência na implementação de políticas, mas também reduziu a sensibilidade social do modelo.

Do ponto de vista teórico, o desenvolvimentismo do regime militar pode ser interpretado como uma adaptação pragmática das ideias estruturalistas, combinada com elementos do planejamento estatal e da economia mista. Embora tenha mantido a ênfase na industrialização e no papel do Estado, Carneiro (2019) observa que o modelo incorporou práticas autoritárias e tecnocráticas que o diferenciam das formulações originais da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe.

Almeida (2014) e Carneiro (2019) argumentam que o regime militar foi responsável por consolidar uma estrutura industrial complexa no Brasil, mas também por aprofundar desigualdades e criar desequilíbrios macroeconômicos que se manifestariam nas décadas seguintes. Essa reavaliação permite compreender o desenvolvimentismo militar não apenas como um período de crescimento acelerado, mas como uma fase de transição marcada por tensões estruturais.

Para Baer (2009), o desenvolvimentismo durante o regime militar brasileiro constituiu uma experiência histórica relevante, caracterizada pela forte intervenção estatal, pelo planejamento econômico e pela busca de crescimento acelerado. Seus resultados, embora expressivos em termos de expansão econômica e industrialização, foram acompanhados de desafios significativos, como a concentração de renda, a dependência externa e a fragilidade institucional. A análise desse período é fundamental para compreender os desdobramentos do desenvolvimento econômico no Brasil e os debates contemporâneos sobre o papel do Estado na economia.

CRISE DA DÍVIDA E ESGOTAMENTO DO MODELO (ANOS 1980)

Draibe (2003) analisa que a década de 1980 representa um marco decisivo na trajetória do desenvolvimentismo no Brasil e na América Latina, sendo amplamente caracterizada como o período de crise e esgotamento do modelo de industrialização por substituição de importações. Esse momento histórico, frequentemente denominada “década perdida”, foi marcado por forte instabilidade macroeconômica, deterioração das condições de financiamento externo, elevação abrupta do endividamento e retração do crescimento econômico (Baer, 2009). A crise da dívida externa não apenas revelou as fragilidades estruturais do modelo desenvolvimentista, como também redefiniu os rumos da política econômica brasileira nas décadas subsequentes.

O processo que culminou na crise da dívida dos anos 1980 tem suas raízes no padrão de financiamento adotado durante as décadas anteriores. A estratégia desenvolvimentista, especialmente a partir dos anos 1960 e 1970, apoiou-se fortemente na captação de recursos externos como forma de sustentar elevados níveis de investimento, sobretudo em infraestrutura e indústria de base. Durante o chamado “milagre econômico brasileiro” (1968-1973), o país apresentou altas taxas de crescimento do PIB, impulsionadas por investimentos públicos e priva-

dos financiados, em grande medida, por empréstimos internacionais (Furtado, 2000).

Esse modelo de crescimento baseado no endividamento externo foi favorecido, naquele momento, por um cenário internacional caracterizado por abundante liquidez, resultante, em parte, da reciclagem dos petrodólares após os choques do petróleo de 1973 e 1979. Os bancos internacionais passaram a ofertar crédito em larga escala aos países em desenvolvimento, muitas vezes com taxas de juros relativamente baixas, o que incentivou a ampliação do endividamento externo (Tavares, 1985). No entanto, essa dependência de financiamento externo tornava as economias periféricas altamente vulneráveis a mudanças nas condições do sistema financeiro internacional.

A inflexão ocorre no final da década de 1970 e início dos anos 1980, quando os Estados Unidos, sob a presidência de Paul Volcker no Federal Reserve, adotam uma política monetária restritiva com o objetivo de conter a inflação. Essa política resultou em uma elevação significativa das taxas de juros internacionais, impactando diretamente o custo da dívida externa dos países latino-americanos. Como grande parte dos empréstimos havia sido contratada a taxas flutuantes, o aumento dos juros implicou uma elevação abrupta do serviço da dívida, tornando sua sustentabilidade inviável (Bresser-Pereira, 1992).

Simultaneamente, a desaceleração da economia mundial reduziu a demanda por exportações dos países periféricos, agravando os problemas de balanço de pagamentos. No caso brasileiro, a combinação entre aumento do custo da dívida, redução das receitas externas e necessidade de importações de insumos estratégicos levou a um quadro de crescente estrangulamento externo. A crise se torna evidente em 1982, quando o México declara moratória de sua dívida externa, desencadeando uma crise sistêmica que se espalha por toda a América Latina (Cardoso; Faletto, 2004).

No Brasil, a resposta inicial à crise foi marcada por tentativas de ajuste macroeconômico voltadas à geração de superávits comerciais, com o objetivo de garantir o pagamento da dívida externa. Esse ajuste se deu por meio de políticas de contração da demanda interna, desvalorização cambial e contenção dos gastos públicos. No entanto, tais medidas tiveram como efeito colateral a recessão econômica, o aumento do desemprego e a queda dos investimentos, contribuindo para a estagnação do crescimento (Giambiagi et al., 2011).

Além disso, a década de 1980 foi caracterizada por um processo persistente de inflação elevada, que evoluiu para episódios de hiperinflação no final do período. A indexação generalizada da economia, inicialmente concebida como mecanismo de proteção contra a inflação, acabou por perpetuar a inércia inflacionária, dificultando a implementação de políticas de estabilização eficazes. Diversos planos econômicos foram tentados ao longo da década, como o Plano Cruzado (1986), o Plano Bresser (1987) e o Plano Verão (1989), mas nenhum deles conseguiu promover uma estabilização duradoura (Baer, 2009).

A crise da dívida e a instabilidade macroeconômica evidenciaram os limites do modelo desenvolvimentista baseado na forte intervenção estatal e no financiamento externo. A incapacidade do Estado de sustentar elevados níveis de investimento, aliada ao desequilíbrio fiscal crescente, colocou em xeque a viabilidade do modelo. Conforme argumenta Bresser-Pereira (1992), o Estado desenvolvimentista entrou em crise não apenas por fatores externos, mas também por

problemas internos, como a ineficiência administrativa, o excesso de intervenção e a falta de mecanismos adequados de controle fiscal.

Giambiagi (2011) cita o processo de mudança no paradigma teórico que orientava a política econômica. A crise do desenvolvimentismo abriu espaço para a ascensão de ideias de orientação neoliberal, que defendiam a redução do papel do Estado, a liberalização dos mercados e a integração à economia global. Esse novo paradigma foi consolidado na década de 1990, com a adoção de políticas de abertura comercial, privatização de empresas estatais e desregulamentação da economia (Williamson, 1990).

No plano internacional, a crise da dívida levou à reconfiguração das relações entre países devedores e credores, com o fortalecimento de instituições como o FMI e o Banco Mundial, que passaram a condicionar a concessão de crédito à implementação de políticas de ajuste estrutural. Esses programas, embora tenham contribuído para a estabilização macroeconômica em alguns casos, também foram criticados por seus impactos sociais, como o aumento da desigualdade e a redução dos investimentos em áreas sociais (Stiglitz, 2002).

Do ponto de vista estrutural, a década de 1980 representou uma interrupção no processo de industrialização brasileira, com queda na participação da indústria no PIB e redução dos investimentos em inovação tecnológica. Esse fenômeno, frequentemente associado ao processo de desindustrialização precoce, comprometeu a capacidade de crescimento de longo prazo da economia brasileira, cujos efeitos ainda são objeto de debate na literatura contemporânea (Oreiro; Marconi, 2014).

Apesar das dificuldades enfrentadas, a crise da dívida também gerou importantes aprendizados institucionais e econômicos. Baer (2019) argumenta que a necessidade de estabilização macroeconômica e de controle da inflação levou ao desenvolvimento de novos instrumentos de política econômica, que seriam consolidados na década seguinte com o Plano Real. Ademais, o período contribuiu para o amadurecimento do debate sobre o papel do Estado no desenvolvimento, abrindo espaço para abordagens mais equilibradas, como o novo desenvolvimentismo.

Logo, a crise da dívida dos anos 1980 marcou o esgotamento de um modelo de desenvolvimento que, embora tenha sido responsável por importantes avanços na industrialização brasileira, mostrou-se insustentável diante das mudanças no cenário internacional e das fragilidades internas da economia. Giambiagi (2011) compreende que esse período é fundamental para a análise das transformações subsequentes na política econômica brasileira e para a reflexão sobre os desafios contemporâneos do desenvolvimento.

REFORMAS NEOLIBERAIS E RECONFIGURAÇÃO DO ESTADO (ANOS 1990)

A década de 1990 representou um ponto de inflexão na trajetória do desenvolvimento econômico brasileiro, marcada pela adoção de um conjunto abrangente de reformas de orientação neoliberal que promoveram uma profunda reconfiguração do papel do Estado na economia. Esse processo deve ser compreendido no contexto mais amplo das transformações estruturais ocorridas no

sistema econômico internacional a partir da crise da dívida externa nos anos 1980 e da consolidação de um novo paradigma de política econômica baseado na liberalização dos mercados, na desregulamentação e na redução da intervenção estatal. A difusão dessas ideias esteve fortemente associada ao chamado Consenso de Washington, expressão cunhada por Williamson (1990) para descrever o conjunto de políticas recomendadas a países em desenvolvimento, especialmente da América Latina, como condição para a retomada do crescimento econômico e a estabilidade macroeconômica.

No Brasil, a adoção das reformas neoliberais foi precedida por um período de intensa instabilidade econômica, caracterizado por hiperinflação, baixo crescimento e crescente endividamento externo. Baer (2009) observa que a crise do modelo desenvolvimentista, evidenciada ao longo dos anos 1980, revelou os limites de um Estado fortemente intervencionista, incapaz de sustentar níveis elevados de investimento público diante de restrições fiscais cada vez mais severas. Nesse contexto, a década de 1990 inaugurou um novo ciclo de políticas econômicas orientadas pela busca da estabilidade monetária, pela abertura comercial e financeira e pela redefinição das funções do Estado.

O governo de Fernando Collor de Mello foi responsável por iniciar esse processo, promovendo a abertura da economia brasileira ao comércio internacional, com a redução de tarifas de importação e a eliminação de barreiras não tarifárias. Essa medida visava aumentar a competitividade da indústria nacional, expondo-a à concorrência externa e incentivando ganhos de eficiência. Segundo Bresser-Pereira (1998), a abertura comercial representou uma ruptura com o modelo de substituição de importações, ao mesmo tempo em que evidenciou a fragilidade de setores industriais pouco preparados para competir em um ambiente globalizado.

A partir do governo de Fernando Henrique Cardoso, as reformas neoliberais foram aprofundadas e institucionalizadas, especialmente por meio do Plano Real, que conseguiu estabilizar a inflação e restaurar a confiança na economia. A estabilização monetária foi acompanhada por um amplo programa de privatizações, que transferiu para o setor privado empresas estatais em áreas estratégicas como telecomunicações, energia e siderurgia. De acordo com Giambiagi e Além (2016), as privatizações tiveram como objetivo reduzir o déficit público, aumentar a eficiência dos serviços e atrair investimentos externos.

Outro elemento central da reconfiguração do Estado nos anos 1990 foi a reforma administrativa, que buscou redefinir as funções estatais com base em princípios gerenciais. Inspirada nas ideias da Nova Gestão Pública, essa reforma procurou tornar a administração pública mais eficiente, flexível e orientada para resultados. Segundo Bresser-Pereira (1997), a reforma do aparelho do Estado implicou a distinção entre funções exclusivas e não exclusivas, promovendo a descentralização de atividades e a ampliação da participação do setor privado e de organizações da sociedade civil na provisão de serviços públicos.

A liberalização financeira também desempenhou papel relevante nesse processo, com a abertura do mercado de capitais e a flexibilização das regras para entrada de investimentos estrangeiros. Essa medida contribuiu para a integração da economia brasileira aos fluxos financeiros internacionais, mas também aumentou sua vulnerabilidade a choques externos. Conforme argumenta Stiglitz (2002), a liberalização financeira em países em desenvolvimento pode gerar instabilidade macroeconômica, especialmente quando não acompanhada

de mecanismos adequados de regulação.

Do ponto de vista teórico, as reformas neoliberais refletem uma mudança paradigmática em relação ao desenvolvimentismo clássico, ao priorizarem a estabilidade macroeconômica e a eficiência alocativa em detrimento da intervenção estatal direta na economia. Giambiagi e Além (2016) compreendem que essa mudança foi influenciada por correntes do pensamento econômico como o monetarismo e a economia neoclássica, que defendem a superioridade dos mercados na alocação de recursos e a necessidade de limitar a atuação do Estado. No entanto, essa abordagem também foi alvo de críticas, especialmente por sua incapacidade de promover crescimento econômico sustentado e reduzir desigualdades sociais em países periféricos.

Bresser-Pereira (1997, 1998) destacam que as reformas dos anos 1990 foram importantes para restaurar a estabilidade econômica, mas não foram suficientes para retomar o desenvolvimento em bases sólidas. Segundo o autor, a ausência de uma política industrial ativa e a valorização excessiva da taxa de câmbio comprometeram a competitividade da indústria nacional, contribuindo para o processo de desindustrialização precoce (Bresser-Pereira, 2010). Nesse sentido, o neoliberalismo é criticado por negligenciar aspectos estruturais do desenvolvimento, ao focar predominantemente em variáveis macroeconômicas de curto prazo.

Além disso, a reconfiguração do Estado nos anos 1990 implicou uma redefinição de seu papel social, com a redução de políticas públicas universais e a focalização em programas de combate à pobreza. Embora essa abordagem tenha contribuído para a racionalização dos gastos públicos, também gerou debates sobre seus efeitos na desigualdade social e na provisão de serviços essenciais. Segundo Draibe (2003), a reforma do Estado no Brasil combinou elementos de ajuste fiscal com a manutenção de políticas sociais, resultando em um modelo híbrido que buscava conciliar eficiência econômica e proteção social.

No plano internacional, a experiência brasileira dos anos 1990 deve ser analisada em conjunto com as transformações ocorridas em outros países latino-americanos, que também adotaram reformas neoliberais sob a influência de organismos internacionais como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial. Essas instituições desempenharam papel importante na difusão das políticas de ajuste estrutural, condicionando o acesso a financiamentos à implementação de reformas econômicas. Conforme Williamson (1990), o Consenso de Washington representou uma tentativa de estabelecer um conjunto de diretrizes comuns para a condução da política econômica em países em desenvolvimento.

Entretanto, a partir dos anos 2000, tornou-se evidente que os resultados das reformas neoliberais foram heterogêneos, tanto no Brasil quanto em outros países da região. Embora tenham contribuído para a estabilização macroeconômica e a modernização de alguns setores, essas reformas não foram capazes de promover crescimento econômico robusto e sustentado. Draibe (2003) argumenta que esse cenário levou à emergência de novas abordagens, como o novo desenvolvimentismo, que busca resgatar o papel do Estado na promoção do desenvolvimento, sem abrir mão da estabilidade macroeconômica.

Não obstante, as reformas neoliberais dos anos 1990 representaram uma mudança significativa na trajetória econômica brasileira, promovendo a reconfiguração do Estado e a adoção de um novo paradigma de política econômica.

Draibe (2003) afirma que, ainda que tenham alcançado avanços importantes, especialmente no controle da inflação e na modernização institucional, também evidenciaram limitações em termos de crescimento e inclusão social. A análise desse período é fundamental para compreender os desafios contemporâneos do desenvolvimento no Brasil, bem como as possibilidades de construção de modelos alternativos que conciliem eficiência econômica e justiça social.



Capítulo 4

**PARADIGMAS DO
DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO**

A discussão sobre desenvolvimento econômico ao longo do século XX e início do século XXI tem sido marcada pela emergência de diferentes paradigmas teóricos que procuram explicar as dinâmicas de crescimento, transformação estrutural e inserção internacional das economias. Longe de constituir um campo homogêneo, o pensamento sobre desenvolvimento é atravessado por disputas conceituais, ideológicas e metodológicas que refletem distintas interpretações acerca do papel do Estado, do mercado e das instituições no processo de desenvolvimento. Nesse contexto, este capítulo tem como objetivo apresentar e problematizar os principais paradigmas do desenvolvimento econômico, oferecendo um panorama teórico que permitirá compreender as diferentes estratégias adotadas, especialmente no caso brasileiro.

Inicialmente, será abordado o chamado desenvolvimentismo clássico, cuja formulação está associada às contribuições da CEPAL e de autores como Celso Furtado. Esse paradigma parte da crítica à teoria econômica tradicional e enfatiza a existência de uma estrutura desigual no sistema internacional, caracterizada pela divisão entre países centrais e periféricos. A partir dessa perspectiva, o desenvolvimento econômico exige a intervenção ativa do Estado, especialmente por meio de políticas de industrialização, planejamento econômico e substituição de importações. Trata-se, portanto, de uma abordagem que reconhece as limitações do mercado em contextos periféricos e defende a construção de capacidades produtivas internas como condição para o crescimento sustentado.

Na sequência, será discutido o chamado novo desenvolvimentismo, que emerge como uma releitura contemporânea do paradigma clássico, buscando adaptá-lo às condições da economia globalizada. Luiz Carlos Bresser-Pereira, autor clássico, propõem uma síntese entre estabilidade macroeconômica e políticas de desenvolvimento, destacando a importância de variáveis como a taxa de câmbio competitiva, o equilíbrio fiscal e a coordenação entre Estado e mercado. Diferentemente do desenvolvimentismo tradicional, o novo desenvolvimentismo incorpora preocupações com a inserção internacional e com a sustentabilidade das políticas econômicas, procurando superar tanto os excessos intervencionistas quanto as limitações do neoliberalismo.

Outro paradigma a ser analisado é o neoliberalismo, que ganhou força a partir da década de 1980 e se consolidou nos anos 1990 como orientação dominante em diversos países, incluindo o Brasil. Fundamentado em princípios da economia neoclássica, o neoliberalismo defende a liberalização dos mercados, a redução do papel do Estado e a valorização da eficiência alocativa como motores do crescimento econômico. Esse paradigma foi amplamente difundido por organismos internacionais e se materializou em políticas de abertura comercial, privatizações e desregulamentação. No entanto, suas limitações, especialmente no que se refere à promoção de desenvolvimento inclusivo e sustentável, têm sido objeto de intensos debates na literatura econômica.

Além desses paradigmas, o capítulo também abordará as abordagens mais recentes que incorporam a dimensão da sustentabilidade ao debate sobre desenvolvimento. O conceito de desenvolvimento sustentável, consolidado a partir do final do século XX, amplia o escopo da análise econômica ao integrar preocupações ambientais e sociais. Essa perspectiva reconhece que o crescimento econômico, por si só, não é suficiente para garantir o bem-estar das populações, sendo necessário considerar os limites ecológicos e a equidade intergeracional. Nesse sentido, o desenvolvimento passa a ser entendido como um processo

multidimensional, que envolve não apenas a expansão da renda, mas também a melhoria das condições de vida e a preservação dos recursos naturais.

Ao longo deste capítulo, busca-se evidenciar que os paradigmas do desenvolvimento econômico não são mutuamente excludentes, mas frequentemente coexistem e se sobrepõem na formulação de políticas públicas. A análise comparativa dessas abordagens permitirá compreender suas convergências e divergências, bem como suas implicações práticas para países em desenvolvimento. Ademais, ao situar o debate no contexto histórico e teórico mais amplo, o capítulo contribuirá para uma reflexão crítica sobre os caminhos possíveis para o desenvolvimento econômico no Brasil contemporâneo.

Dessa forma, a compreensão dos diferentes paradigmas do desenvolvimento econômico constitui etapa fundamental para a análise das estratégias adotadas pelo país ao longo de sua história, bem como para a avaliação das alternativas disponíveis diante dos desafios atuais. Ao explorar essas perspectivas, o capítulo estabelece as bases para uma discussão mais aprofundada sobre o papel do Estado, do mercado e das instituições na promoção de um desenvolvimento que seja, ao mesmo tempo, eficiente, inclusivo e sustentável.

DESENVOLVIMENTO CLÁSSICO

O desenvolvimentismo clássico constitui uma das matrizes teóricas mais relevantes para a compreensão das estratégias de crescimento econômico adotadas por países periféricos ao longo do século XX, particularmente no contexto latino-americano. Trata-se de uma abordagem que emergiu em um cenário histórico marcado por profundas assimetrias entre países centrais e periféricos, propondo uma ruptura com os pressupostos da teoria econômica neoclássica e liberal, ao enfatizar o papel ativo do Estado, a centralidade da industrialização e a necessidade de transformação estrutural das economias subdesenvolvidas (Furtado, 1961, 2000). Nesse sentido, o desenvolvimentismo clássico não apenas se configura como uma teoria econômica, mas também como um projeto político e institucional voltado à superação do subdesenvolvimento.

As raízes do desenvolvimentismo clássico encontram-se no pensamento estruturalista latino-americano, fortemente influenciado pelas formulações da CEPAL, criada em 1948 no âmbito das Nações Unidas. Sob a liderança de Raúl Prebisch, a CEPAL desenvolveu uma crítica contundente à teoria do comércio internacional baseada nas vantagens comparativas, argumentando que tal modelo não era capaz de promover o desenvolvimento equilibrado entre as nações. Segundo Prebisch (1949), os países periféricos, especializados na exportação de produtos primários, enfrentam uma tendência histórica de deterioração dos termos de troca em relação aos países centrais, produtores de bens manufaturados. Essa dinâmica implica uma transferência contínua de renda da periferia para o centro, dificultando o processo de acumulação de capital e perpetuando o subdesenvolvimento.

A partir dessa constatação, o desenvolvimentismo clássico propõe a industrialização como estratégia fundamental para romper com a dependência externa e promover o crescimento econômico sustentado. A política de substituição de importações (ISI) tornou-se, assim, um dos principais instrumentos dessa abordagem, visando reduzir a dependência de bens manufaturados estrangei-

ros e estimular a produção interna. Conforme destaca Celso Furtado, a industrialização não apenas amplia a capacidade produtiva, mas também desencadeia um processo de transformação estrutural, com impactos significativos sobre o emprego, a renda e a organização social (Furtado, 2000).

No âmbito teórico, o desenvolvimentismo clássico rompe com a visão linear e universalista do desenvolvimento, característica das teorias da modernização. Ao invés de considerar o subdesenvolvimento como uma etapa inicial de um processo evolutivo comum a todas as economias, os autores desenvolvimentistas o interpretam como uma condição histórica específica, resultante da inserção subordinada dos países periféricos na economia mundial (Furtado, 1961). Essa perspectiva implica reconhecer que o desenvolvimento não ocorre de forma espontânea, sendo necessário adotar políticas deliberadas para alterar a estrutura produtiva e promover a autonomia econômica.

Outro elemento central do desenvolvimentismo clássico é a valorização do papel do Estado como agente indutor do desenvolvimento. Diferentemente da concepção liberal, que atribui ao Estado uma função limitada à regulação e à garantia das condições de funcionamento do mercado, o desenvolvimentismo defende a atuação ativa do Estado na coordenação dos investimentos, na formulação de políticas industriais e na provisão de infraestrutura. O Estado desenvolvimentista é concebido como um planejador estratégico, capaz de identificar setores prioritários, mobilizar recursos e orientar o processo de industrialização (Bresser-Pereira, 2006).

Essa atuação estatal se materializa, frequentemente, por meio de instrumentos como políticas tarifárias protecionistas, subsídios à indústria nascente, investimentos em infraestrutura e criação de empresas estatais em setores estratégicos. Tais medidas visam corrigir falhas de mercado, estimular a formação de capital e promover a diversificação da estrutura produtiva. No entanto, essa intervenção não é isenta de controvérsias, sendo frequentemente criticada por gerar ineficiências, distorções alocativas e problemas fiscais, especialmente quando não acompanhada de mecanismos eficazes de controle e avaliação.

No contexto brasileiro, o desenvolvimentismo clássico encontrou terreno fértil a partir da década de 1930, com a consolidação de um Estado mais intervencionista e a adoção de políticas voltadas à industrialização. Esse processo foi intensificado nas décadas seguintes, especialmente durante o governo de Juscelino Kubitschek, cujo Plano de Metas sintetizou a estratégia desenvolvimentista ao priorizar investimentos em setores como energia, transporte, indústria de base e bens de consumo duráveis. Esse período ficou marcado por elevadas taxas de crescimento econômico e pela expansão da capacidade industrial do país, ainda que também tenha gerado desequilíbrios macroeconômicos e aumento da dívida externa.

Além de Celso Furtado, outros autores contribuíram significativamente para o desenvolvimento teórico dessa corrente, como Ignácio Rangel, que analisou a dinâmica cíclica da economia brasileira a partir da coexistência de setores modernos e atrasados, e destacou a importância do investimento público como mecanismo de superação das crises estruturais (Rangel, 2005). Essas contribuições reforçam a ideia de que o desenvolvimento econômico requer uma abordagem sistêmica e integrada, que considere as especificidades históricas e institucionais de cada país.

No plano internacional, o desenvolvimentismo clássico também dialoga com outras correntes heterodoxas, como o keynesianismo, que enfatiza a importância da demanda agregada e da intervenção estatal para a estabilidade econômica. Rangel (2005) discute que a convergência entre essas abordagens contribuiu para a consolidação de um paradigma econômico alternativo ao liberalismo, especialmente no período pós-Segunda Guerra Mundial, quando muitos países adotaram políticas de planejamento e intervenção estatal como estratégia de reconstrução e crescimento.

Entretanto, a partir da década de 1980, o desenvolvimentismo clássico passou a enfrentar críticas crescentes, especialmente em função das crises econômicas e fiscais que atingiram diversos países em desenvolvimento. A crise da dívida externa, a estagnação econômica e a inflação elevada levaram à adoção de políticas de ajuste estrutural e à ascensão do paradigma neoliberal, que propunha a redução do papel do Estado, a liberalização dos mercados e a integração à economia global como alternativas ao modelo desenvolvimentista (Williamson, 1990).

Apesar dessas críticas, o desenvolvimentismo clássico continua a exercer influência significativa no debate contemporâneo sobre desenvolvimento econômico. Estudos recentes têm revisitado suas contribuições, destacando sua relevância para a formulação de políticas públicas em contextos de desigualdade, instabilidade econômica e desafios estruturais persistentes (Bresser-Pereira, 2011). Além disso, a emergência de novas abordagens, como o novo desenvolvimentismo, demonstra a capacidade de adaptação e renovação dessa tradição teórica, que busca conciliar os princípios clássicos com as exigências do mundo contemporâneo.

Desse modo, Rangel (2005) reafirma essa concepção observando que o desenvolvimentismo clássico representa uma abordagem teórica robusta e historicamente situada, que oferece importantes contribuições para a compreensão dos processos de desenvolvimento econômico em países periféricos. Ao enfatizar a centralidade da industrialização, o papel estratégico do Estado e a necessidade de transformação estrutural, essa corrente estabelece as bases para a construção de políticas públicas voltadas à promoção de um desenvolvimento mais autônomo, inclusivo e sustentável. Sua análise permite não apenas compreender o passado, mas também refletir sobre os caminhos possíveis para o futuro do desenvolvimento econômico no Brasil e em outras economias emergentes.

NOVO DESENVOLVIMENTISMO

O chamado novo desenvolvimentismo emerge, no início do século XXI, como uma tentativa de atualização teórica e prática do pensamento desenvolvimentista clássico diante das transformações estruturais da economia global e das limitações observadas tanto no modelo nacional-desenvolvimentista quanto nas políticas neoliberais implementadas nas décadas de 1980 e 1990 (Nassif, 2024). Trata-se de uma abordagem que busca conciliar crescimento econômico sustentado, estabilidade macroeconômica e inserção internacional competitiva, sem abdicar do papel estratégico do Estado na condução do desenvolvimento. Dessa forma, o novo desenvolvimentismo configura-se não apenas como uma escola de pensamento econômico, mas também como um projeto político-econômico voltado à superação da estagnação relativa observada em diversos paí-

ses de renda média, especialmente na América Latina.

A formulação mais sistemática dessa abordagem está associada ao economista Luiz Carlos Bresser-Pereira, embora conte também com contribuições relevantes de autores como José Luís Oreiro, Nelson Marconi, André Nassif e outros pesquisadores brasileiros e estrangeiros. De acordo com Bresser-Pereira, o novo desenvolvimentismo constitui uma síntese teórica que incorpora elementos da economia política clássica, da macroeconomia keynesiana e do desenvolvimentismo estruturalista latino-americano, configurando-se como uma alternativa tanto ao liberalismo econômico quanto ao desenvolvimentismo tradicional (Bresser-Pereira, 2016).

Do ponto de vista histórico, o surgimento do novo desenvolvimentismo está diretamente relacionado ao diagnóstico de que, após a crise da dívida externa nos anos 1980 e a adoção de reformas neoliberais nos anos 1990, muitos países latino-americanos passaram a apresentar baixo dinamismo econômico, caracterizado por crescimento reduzido, desindustrialização precoce e vulnerabilidade externa. Em contraste, economias asiáticas, como Coreia do Sul e China, mantiveram trajetórias de crescimento sustentado, baseadas em políticas industriais ativas e regimes macroeconômicos favoráveis à competitividade externa. Nesse contexto, o novo desenvolvimentismo surge como uma tentativa de explicar essa divergência e propor estratégias alternativas de desenvolvimento (Bresser-Pereira, 2019).

Um dos pilares centrais do novo desenvolvimentismo é a ênfase na macroeconomia do desenvolvimento, entendida como um conjunto de políticas voltadas à manutenção de preços macroeconômicos “corretos”, especialmente a taxa de câmbio, a taxa de juros, a taxa de salários e a taxa de lucro. Diferentemente do desenvolvimentismo clássico, Chang (2002) observa que ele privilegiava a política industrial e a substituição de importações, o novo desenvolvimentismo destaca a importância de um regime macroeconômico consistente como condição necessária para o investimento produtivo e o crescimento econômico. Nesse sentido, a taxa de câmbio assume papel central, sendo considerada um dos principais determinantes da competitividade das exportações e da viabilidade da industrialização.

Segundo Bresser-Pereira (2019), uma das principais causas da estagnação econômica em países em desenvolvimento é a tendência à sobreapreciação crônica da taxa de câmbio, frequentemente associada à entrada de capitais externos e à adoção de políticas de crescimento com poupança externa. Essa estratégia, embora possa gerar crescimento de curto prazo, tende a comprometer a competitividade da indústria nacional e a limitar o investimento produtivo no longo prazo. Por isso, o novo desenvolvimentismo defende a necessidade de neutralizar essa tendência, por meio de políticas cambiais ativas e da regulação dos fluxos de capital.

Outro conceito fundamental no âmbito do novo desenvolvimentismo é o de “doença holandesa”, que se refere aos efeitos adversos da abundância de recursos naturais sobre a estrutura produtiva de uma economia. Rodrik (2007) explica que a valorização cambial decorrente da exportação de commodities pode levar à desindustrialização e à especialização em setores de baixo valor agregado. Nesse sentido, políticas públicas voltadas à neutralização da doença holandesa são consideradas essenciais para promover a diversificação produtiva e o desenvol-

vimento industrial.

Além da dimensão macroeconômica, o novo desenvolvimentismo também enfatiza a importância da coordenação entre políticas públicas, especialmente entre política industrial, política tecnológica e política macroeconômica. De acordo com Nassif (2024), o sucesso do processo de catching-up — isto é, a convergência dos níveis de renda dos países em desenvolvimento com os países desenvolvidos — depende da harmonização dessas políticas, de modo a criar um ambiente favorável ao investimento, à inovação e à expansão da capacidade produtiva.

Nesse contexto, o Estado continua a desempenhar um papel central, embora com características distintas em relação ao modelo desenvolvimentista clássico. O Estado novo-desenvolvimentista é concebido como um agente estratégico, responsável por formular políticas macroeconômicas consistentes, regular mercados e promover investimentos em infraestrutura e inovação (Silveira; Angeli; Salomão, 2021). No entanto, diferentemente de modelos mais intervencionistas, o novo desenvolvimentismo reconhece a importância do mercado como mecanismo de alocação de recursos, defendendo uma relação complementar entre Estado e mercado.

Do ponto de vista teórico, o novo desenvolvimentismo também dialoga com outras correntes da economia heterodoxa, como a economia pós-keynesiana, a teoria da regulação e a economia institucional. Chang (2002) argumenta que o desenvolvimento econômico está intrinsecamente relacionado à construção de instituições e políticas industriais ativas, criticando a ideia de que o livre mercado, por si só, seria capaz de promover o desenvolvimento. De forma semelhante, Rodrik (2007) destaca a importância de políticas econômicas adaptadas às especificidades de cada país, rejeitando soluções universais e enfatizando o papel do Estado na promoção do crescimento.

No entanto, o novo desenvolvimentismo também tem sido objeto de críticas. Silveira, Angeli e Salomão (2021) compreendem que a ênfase na taxa de câmbio pode simplificar excessivamente a complexidade do processo de desenvolvimento, negligenciando fatores como educação, inovação tecnológica e instituições políticas. Os autores apontam que a proposta pode enfrentar dificuldades de implementação em contextos de elevada instabilidade política e restrições fiscais. Ainda assim, a abordagem tem ganhado espaço no debate acadêmico e político, especialmente em países que buscam alternativas às políticas neoliberais.

O novo desenvolvimentismo também tende a concentrar a sua preocupação com a sustentabilidade social e ambiental do desenvolvimento. Em suas formulações mais recentes, Bresser-Pereira (2024) destaca a necessidade de incorporar questões relacionadas à desigualdade e às mudanças climáticas, reconhecendo que o desenvolvimento econômico deve ser compatível com a preservação ambiental e a inclusão social. Essa perspectiva aproxima o novo desenvolvimentismo de agendas contemporâneas, como o desenvolvimento sustentável e a economia verde.

Ademais o novo desenvolvimentismo também propõe uma crítica à globalização financeira, argumentando que a liberalização irrestrita dos fluxos de capital pode comprometer a autonomia das políticas econômicas nacionais. Nesse sentido, defende-se a adoção de mecanismos de regulação financeira que

permitam maior controle sobre os fluxos de capital e reduzam a vulnerabilidade externa das economias em desenvolvimento (Nassif, 2024).

Assim sendo, o novo desenvolvimentismo representa uma tentativa de reconstrução do pensamento desenvolvimentista à luz das transformações contemporâneas da economia global. Rodrik (2007) enfatiza que a importância da macroeconomia do desenvolvimento, da coordenação de políticas públicas e da regulação dos mercados está na abordagem de um conjunto de ferramentas analíticas e normativas para enfrentar os desafios do desenvolvimento no século XXI. Embora ainda em processo de consolidação teórica e empírica, o novo desenvolvimentismo tem se mostrado uma alternativa relevante no debate econômico, especialmente em contextos marcados por estagnação, desigualdade e instabilidade. Dessa forma, ao articular elementos da tradição desenvolvimentista com contribuições de outras correntes heterodoxas, o novo desenvolvimentismo amplia o escopo analítico do debate sobre desenvolvimento econômico, oferecendo uma perspectiva integrada que considera tanto os aspectos estruturais quanto os macroeconômicos do processo de crescimento.

NEOLIBERALISMO E SUAS CONTRAPOSIÇÕES

O neoliberalismo constitui uma das correntes mais influentes do pensamento econômico contemporâneo, especialmente a partir da segunda metade do século XX, quando passou a orientar políticas econômicas em diversas partes do mundo. Sua ascensão está diretamente associada à crise do modelo keynesiano e do Estado de bem-estar social nas décadas de 1970 e 1980, período marcado por estagflação, desequilíbrios fiscais e questionamentos sobre a eficácia da intervenção estatal na economia. Conforme Krugman (2009), o neoliberalismo emerge como uma alternativa teórica e prática, propondo a revalorização dos mecanismos de mercado, a redução do papel do Estado e a ampliação da liberdade econômica como fundamentos do desenvolvimento.

Do ponto de vista teórico, o neoliberalismo tem suas raízes em autores como Friedrich Hayek e Milton Friedman, que, desde meados do século XX, criticavam o intervencionismo estatal e defendiam a superioridade do mercado como mecanismo de coordenação econômica. Hayek (1944), em sua obra clássica *O Caminho da Servidão*, argumenta que a expansão do Estado representa uma ameaça à liberdade individual, ao passo que Friedman (1962), em *Capitalism and Freedom*, sustenta que a liberdade econômica é condição necessária para a liberdade política. Esses autores influenciaram profundamente a chamada Escola Austríaca e a Escola de Chicago, que se tornaram centros de difusão do pensamento neoliberal.

O neoliberalismo pode ser definido como uma doutrina econômica e política que defende a mínima intervenção do Estado na economia, a liberalização dos mercados, a privatização de empresas públicas e a desregulamentação das atividades econômicas. Seus princípios fundamentais incluem a livre concorrência, a abertura comercial, a estabilidade monetária e a flexibilização das relações de trabalho (Spínola, 2005; Matos, 2008). Além disso, o neoliberalismo enfatiza a responsabilidade individual e a eficiência do setor privado como motores do crescimento econômico, contrapondo-se às abordagens que atribuem ao Estado um papel central na promoção do desenvolvimento.

A ascensão do neoliberalismo no plano político ocorreu, sobretudo, a partir das experiências de governos como os de Margaret Thatcher, no Reino Unido, e Ronald Reagan, nos Estados Unidos, que implementaram políticas voltadas à redução do Estado, ao controle da inflação e à liberalização dos mercados. Essas políticas foram posteriormente difundidas para países em desenvolvimento por meio de organismos internacionais e do chamado Consenso de Washington, que estabeleceu um conjunto de recomendações econômicas baseadas na disciplina fiscal, na abertura comercial e na privatização (Spínola, 2005).

No contexto da globalização, o neoliberalismo consolidou-se como paradigma dominante, influenciando reformas estruturais em diversas economias, incluindo o Brasil, especialmente a partir da década de 1990. A abertura econômica, a estabilização monetária e a reestruturação do Estado foram elementos centrais desse processo, que buscava inserir o país de forma mais competitiva na economia internacional (Matos, 2008). Contudo, tais transformações também geraram intensos debates sobre seus impactos sociais e econômicos, especialmente no que se refere à desigualdade, ao emprego e à soberania nacional.

Nesse sentido, diversas contraposições teóricas e empíricas ao neoliberalismo emergiram ao longo das últimas décadas, questionando seus pressupostos e resultados. Uma das principais críticas refere-se à ideia de que o mercado é capaz de promover o desenvolvimento de forma eficiente e equitativa. Harvey (2005) argumenta que o neoliberalismo deve ser compreendido não apenas como uma teoria econômica, mas como um projeto político de restauração do poder das elites econômicas, caracterizado pela privatização de bens públicos, pela financeirização da economia e pela concentração de renda (Harvey, 2008).

De forma semelhante, Bourdieu (1998) critica o neoliberalismo por promover a desregulamentação dos mercados e a precarização das relações de trabalho, enfraquecendo as instituições sociais e ampliando as desigualdades. Para o autor, o neoliberalismo impõe uma lógica de mercado a todas as esferas da vida social, transformando direitos em mercadorias e subordinando o interesse público aos interesses privados. Brown (2015), por sua vez, destaca que o neoliberalismo redefine a própria noção de cidadania, convertendo indivíduos em agentes econômicos e esvaziando o conteúdo democrático das instituições.

Outra crítica relevante ao neoliberalismo refere-se à sua incapacidade de lidar com crises econômicas e instabilidades financeiras. A crise financeira global de 2008 evidenciou as fragilidades do modelo, especialmente no que diz respeito à desregulamentação dos mercados financeiros e à excessiva confiança na autorregulação. Nesse contexto, economistas como JStiglitz (2010) e Krugman (2009) defendem a necessidade de uma maior intervenção estatal para estabilizar a economia e promover o crescimento, resgatando, em certa medida, os princípios keynesianos.

Além das críticas oriundas da economia heterodoxa, o neoliberalismo também tem sido questionado por abordagens desenvolvimentistas, que enfatizam a importância do Estado na promoção da industrialização e na coordenação do desenvolvimento econômico. Bresser-Pereira (2009) argumenta que a adoção de políticas neoliberais em países em desenvolvimento pode comprometer a competitividade industrial e aumentar a vulnerabilidade externa, ao priorizar a abertura comercial e a valorização cambial em detrimento da produção nacional.

No campo da sociologia e da ciência política, o neoliberalismo também é

criticado por seus impactos sobre a coesão social e a democracia. Estudos recentes indicam que a implementação de políticas neoliberais está associada ao aumento das desigualdades socioeconômicas e à precarização das condições de trabalho, o que pode gerar tensões sociais e enfraquecer a legitimidade das instituições democráticas (Brown, 2015; Klein, 2007). Klein (2007), por exemplo, argumenta que o neoliberalismo frequentemente se impõe em contextos de crise, utilizando-se de choques econômicos e políticos para implementar reformas impopulares.

Por outro lado, os defensores do neoliberalismo argumentam que suas políticas contribuíram para o controle da inflação, o aumento da eficiência econômica e a expansão do comércio internacional. Klein (2007) analisa que a liberalização dos mercados e a integração econômica global são vistas como fatores que impulsionaram o crescimento de diversas economias emergentes, especialmente na Ásia. Além disso, a disciplina fiscal e a estabilidade monetária são consideradas condições essenciais para o desenvolvimento sustentável.

Entretanto, mesmo entre seus defensores, há um reconhecimento crescente da necessidade de ajustes no modelo neoliberal, especialmente no que se refere à regulação dos mercados financeiros, à proteção social e à sustentabilidade ambiental. Nesse sentido, propostas como a social-democracia renovada e o novo desenvolvimentismo buscam conciliar os benefícios do mercado com a atuação estratégica do Estado, promovendo um desenvolvimento mais equilibrado e inclusivo.

De acordo com Brown (2015) o neoliberalismo representa uma das principais correntes do pensamento econômico contemporâneo, cuja influência se estende por diversas dimensões da vida social e econômica. No entanto, suas limitações e contradições têm sido amplamente debatidas, dando origem a diferentes contraposições teóricas e práticas. A análise dessas disputas é fundamental para compreender os desafios do desenvolvimento econômico no mundo atual, bem como para formular alternativas que articulem eficiência econômica, justiça social e sustentabilidade.

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E INCLUSIVO

O debate contemporâneo sobre desenvolvimento econômico tem sido progressivamente deslocado de uma abordagem centrada exclusivamente no crescimento do PIB para uma perspectiva mais ampla, que incorpora dimensões sociais, ambientais e institucionais. Nesse contexto, o conceito de desenvolvimento sustentável e inclusivo emerge como uma síntese teórica e normativa que busca conciliar expansão econômica, equidade social e preservação ambiental. Conforme Sem (1999), tal abordagem representa uma evolução crítica dos paradigmas tradicionais do desenvolvimento, especialmente ao reconhecer que o crescimento econômico, quando dissociado da inclusão social e da sustentabilidade ecológica, tende a aprofundar desigualdades e comprometer as condições de vida das gerações futuras.

A noção de desenvolvimento sustentável ganhou projeção internacional a partir do Relatório Brundtland, publicado em 1987, no qual se definiu o desenvolvimento como aquele capaz de atender às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atenderem às suas próprias

necessidades. Essa definição, embora amplamente difundida, foi posteriormente aprofundada por diversas correntes teóricas que buscaram integrar de forma mais consistente as dimensões econômica, social e ambiental do desenvolvimento. Nesse sentido, Sachs (2004) desempenha papel fundamental ao propor a ideia de desenvolvimento “inclusivo, sustentável e sustentado”, enfatizando a necessidade de estratégias que articulem crescimento econômico com justiça social e equilíbrio ecológico.

De acordo com Sachs (2004), o desenvolvimento sustentável deve ser compreendido como um processo multidimensional que envolve, simultaneamente, a eficiência econômica, a equidade social e a prudência ecológica. Essa perspectiva rompe com a dicotomia tradicional entre crescimento e meio ambiente, ao afirmar que a sustentabilidade não é um obstáculo ao desenvolvimento, mas uma condição essencial para sua continuidade. Além disso, o autor destaca a importância de políticas públicas integradas, capazes de promover a inclusão social por meio da geração de emprego, da redução das desigualdades e do fortalecimento dos mercados internos.

Paralelamente, a dimensão inclusiva do desenvolvimento tem sido amplamente discutida no âmbito das teorias contemporâneas, especialmente a partir das contribuições de Amartya Sen. Em sua obra seminal *Development as Freedom*, Sen (1999) propõe uma redefinição do conceito de desenvolvimento, entendendo-o como um processo de expansão das liberdades substantivas das pessoas. Para o autor, o desenvolvimento não deve ser medido apenas por indicadores econômicos, mas pela capacidade dos indivíduos de viverem a vida que valorizam, o que inclui acesso à educação, saúde, participação política e segurança social.

A abordagem de Sen (1999) representa uma inflexão importante no pensamento desenvolvimentista, ao deslocar o foco da acumulação de riqueza para a ampliação das capacidades humanas. Nesse sentido, a pobreza é concebida não apenas como insuficiência de renda, mas como privação de capacidades, o que implica a necessidade de políticas públicas que promovam a inclusão social em múltiplas dimensões. Tal perspectiva dialoga diretamente com os princípios do desenvolvimento sustentável, ao enfatizar a centralidade do ser humano e a importância da equidade na construção de sociedades mais justas e resilientes.

No contexto latino-americano, a discussão sobre desenvolvimento inclusivo foi fortemente influenciada pelas formulações da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, que passou a incorporar, a partir dos anos 2000, uma agenda voltada à igualdade e à coesão social. Segundo a CEPAL (2011), o desenvolvimento inclusivo pressupõe a superação da heterogeneidade estrutural, característica das economias da região, por meio da convergência produtiva e da ampliação das oportunidades de inserção no mercado de trabalho. Essa abordagem destaca a importância de políticas industriais, educacionais e sociais articuladas, capazes de promover o crescimento com distribuição de renda.

A CEPAL também enfatiza que a inclusão social deve ocorrer simultaneamente ao processo produtivo, e não apenas por meio de políticas compensatórias. Isso significa que o desenvolvimento deve ser estruturado de forma a gerar empregos de qualidade, aumentar a produtividade e reduzir as desigualdades desde sua origem. Nesse sentido, o conceito de “igualdade no centro do desenvolvimento” torna-se um princípio orientador das políticas públicas, reforçando

a necessidade de uma atuação estatal estratégica e coordenada (CEPAL, 2002).

Além das contribuições latino-americanas, o debate internacional sobre desenvolvimento sustentável e inclusivo tem sido fortemente influenciado pela Agenda 2030 das Nações Unidas, que estabelece os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) como um conjunto de metas globais para erradicar a pobreza, proteger o meio ambiente e promover a prosperidade para todos. Os ODS representam uma tentativa de operacionalizar o conceito de desenvolvimento sustentável, integrando suas diferentes dimensões em uma agenda comum e mensurável.

A literatura recente destaca que o desenvolvimento sustentável e inclusivo exige transformações estruturais profundas nos sistemas econômicos e sociais, incluindo mudanças nos padrões de produção e consumo, na governança global e nas relações entre Estado, mercado e sociedade civil. Estudos contemporâneos apontam que a transição para modelos sustentáveis depende não apenas de avanços tecnológicos, mas também de mudanças institucionais e culturais que promovam a cooperação, a responsabilidade social e a participação cidadã (Winkelmann et al., 2020).

Nesse contexto, o papel do Estado volta a assumir centralidade, especialmente na coordenação de políticas públicas que promovam a sustentabilidade e a inclusão. Isso inclui investimentos em infraestrutura verde, incentivo à inovação tecnológica, regulação ambiental e políticas sociais voltadas à redução das desigualdades. Ao mesmo tempo, a atuação do setor privado e da sociedade civil é fundamental para a construção de um modelo de desenvolvimento mais equilibrado e participativo.

No caso brasileiro, Spínola (2005) observa que a adoção de um modelo de desenvolvimento sustentável e inclusivo enfrenta desafios significativos, relacionados à persistência de desigualdades socioeconômicas, à degradação ambiental e à fragilidade institucional. No entanto, o país também possui potencialidades importantes, como a diversidade de recursos naturais, a capacidade produtiva e a experiência em políticas sociais, que podem ser mobilizadas na construção de um novo paradigma de desenvolvimento.

Conquanto o desenvolvimento sustentável e inclusivo representa uma abordagem abrangente e multidimensional, que busca integrar crescimento econômico, justiça social e preservação ambiental. Para Sem (1999), com base em uma percepção, as contribuições de diferentes correntes teóricas e experiências históricas do desenvolvimento sustentável e inclusivo oferecem um referencial analítico e normativo para enfrentar os desafios contemporâneos, especialmente em países em desenvolvimento como o Brasil. Sua efetivação, contudo, depende da articulação entre políticas públicas, inovação institucional e participação social, em um esforço coletivo voltado à construção de sociedades mais justas, sustentáveis e resilientes.



Capítulo 5

**PERSONAGENS-CHAVE DO
DESENVOLVIMENTISMO
BRASILEIRO E O SEU
CONTEXTO ATUAL**

A compreensão do desenvolvimentismo brasileiro exige não apenas a análise de suas bases teóricas e de suas aplicações históricas, mas também o estudo dos intelectuais, economistas e formuladores de políticas públicas que contribuíram decisivamente para sua consolidação no país. Ao longo do século XX, o Brasil construiu uma tradição desenvolvimentista marcada por diferentes interpretações acerca do papel do Estado, da industrialização, da inserção internacional da economia e das estratégias necessárias para superar o subdesenvolvimento. Nesse capítulo, pontua-se especificamente sobre determinados personagens, que assumiram posição central na formulação de ideias, diagnósticos e propostas que influenciaram profundamente a política econômica brasileira e o debate acadêmico sobre desenvolvimento.

Este capítulo tem como objetivo apresentar uma visão geral sobre os principais personagens do desenvolvimentismo brasileiro e contextualizar a atualidade de suas contribuições diante dos desafios contemporâneos. Busca-se demonstrar que o pensamento desenvolvimentista no Brasil não constituiu um corpo homogêneo e estático de ideias, mas um campo plural de interpretações, frequentemente marcado por divergências teóricas e metodológicas. Ainda assim, essas diferentes correntes compartilhavam a preocupação comum com a superação das limitações estruturais da economia brasileira e com a construção de um projeto nacional de desenvolvimento.

Entre os principais nomes associados ao desenvolvimentismo brasileiro destacam-se Celso Furtado, Ignácio Rangel, Roberto Campos e Luiz Carlos Bresser-Pereira. Cada um desses autores desenvolveu interpretações específicas sobre a formação econômica do Brasil, os obstáculos ao desenvolvimento e as estratégias necessárias para promover crescimento econômico com modernização produtiva. Apesar de suas diferenças, todos contribuíram para consolidar o debate sobre o papel do Estado e da política econômica na transformação estrutural do país.

O pensamento de Celso Furtado ocupa posição central na tradição desenvolvimentista latino-americana e brasileira. Influenciado pelas formulações estruturalistas da CEPAL, Furtado desenvolveu uma interpretação histórica do subdesenvolvimento brasileiro, argumentando que as desigualdades econômicas e sociais resultavam de um processo histórico de dependência e inserção periférica na economia mundial. Sua obra destacou a necessidade de planejamento estatal, industrialização e fortalecimento do mercado interno como instrumentos fundamentais para romper com as estruturas de dependência econômica (Furtado, 2000).

Além disso, Furtado defendia que o desenvolvimento deveria ser acompanhado por transformações sociais e culturais capazes de reduzir desigualdades históricas. Para o autor, o crescimento econômico sem distribuição de renda e sem inclusão social seria incapaz de produzir um desenvolvimento efetivamente nacional e autônomo. Essa perspectiva continua relevante no contexto contemporâneo, especialmente diante da persistência das desigualdades regionais e sociais no Brasil.

Outro personagem de destaque no pensamento desenvolvimentista brasileiro foi Ignácio Rangel, cuja interpretação da economia nacional enfatizava a coexistência de diferentes formas de organização econômica e produtiva no país. Rangel formulou a chamada teoria da dualidade econômica, segundo a qual o

desenvolvimento brasileiro era marcado pela convivência entre setores modernos e atrasados, articulados de forma contraditória no interior do capitalismo nacional. Para o autor, a superação dessas contradições exigia planejamento estatal e investimentos estratégicos em infraestrutura e industrialização (Rangel, 2005).

As contribuições de Rangel ganharam importância especialmente na análise dos ciclos econômicos brasileiros e das limitações estruturais da economia nacional. Seu pensamento também permanece atual em razão das discussões sobre desigualdades regionais, desindustrialização e necessidade de investimentos públicos em infraestrutura. Em um cenário de crescente dependência de commodities e baixa complexidade produtiva, muitos dos diagnósticos formulados por Rangel continuam sendo retomados por economistas contemporâneos.

Por sua vez, Roberto Campos representa uma vertente distinta dentro do debate desenvolvimentista brasileiro. Embora frequentemente associado a posições liberais, Campos também participou ativamente da formulação de políticas de modernização econômica durante o período desenvolvimentista. Sua atuação esteve vinculada à defesa da racionalização administrativa, da abertura ao capital estrangeiro e da modernização institucional como condições para o crescimento econômico. Diferentemente de outros desenvolvimentistas mais nacionalistas, Campos acreditava que a integração ao capitalismo internacional poderia acelerar o processo de industrialização brasileira (Campos, 1994).

A presença de Roberto Campos no debate evidencia que o desenvolvimentismo brasileiro comportou diferentes visões acerca da relação entre Estado, mercado e capital internacional. Seu pensamento tornou-se especialmente relevante nas décadas finais do século XX, quando as reformas liberalizantes passaram a ganhar força no Brasil e em outros países latino-americanos. Ainda hoje, suas ideias influenciam setores que defendem maior abertura econômica, reformas institucionais e redução da intervenção estatal direta na economia.

Mais recentemente, o debate sobre desenvolvimento econômico no Brasil foi revitalizado pelas formulações de Luiz Carlos Bresser-Pereira, principal representante do chamado novo desenvolvimentismo. Essa corrente busca atualizar os fundamentos clássicos do desenvolvimentismo à luz das transformações da economia global contemporânea. Segundo Bresser-Pereira (2016), o novo desenvolvimentismo defende a combinação entre estabilidade macroeconômica, política industrial, responsabilidade fiscal e fortalecimento da competitividade nacional.

O autor argumenta que países em desenvolvimento precisam adotar estratégias nacionais capazes de enfrentar os efeitos da globalização financeira e da dependência externa. Nesse sentido, o câmbio competitivo, a política industrial e o fortalecimento das capacidades tecnológicas nacionais tornam-se elementos centrais para promover crescimento sustentado. Além disso, Bresser-Pereira destaca que o Estado continua desempenhando papel estratégico na coordenação do desenvolvimento, especialmente em contextos de crise econômica e instabilidade internacional.

O contexto atual do desenvolvimentismo brasileiro é marcado por desafios complexos e multidimensionais. A globalização, a financeirização da economia, a revolução tecnológica e as mudanças climáticas impõem novas exigências às estratégias de desenvolvimento nacional. Ao mesmo tempo, o Brasil enfrenta problemas históricos relacionados à desigualdade social, à baixa produtividade, à

desindustrialização e à dependência da exportação de produtos primários.

Nesse cenário, as contribuições dos personagens centrais do desenvolvimentismo brasileiro continuam sendo objeto de debate e reinterpretação. Muitos dos diagnósticos elaborados ao longo do século XX permanecem atuais, especialmente aqueles relacionados à vulnerabilidade externa, à necessidade de planejamento estatal e à importância da industrialização para o desenvolvimento econômico. Contudo, os desafios contemporâneos exigem também novas abordagens capazes de integrar sustentabilidade ambiental, inovação tecnológica e inclusão social.

Além disso, a discussão sobre o papel do Estado voltou a ganhar relevância após crises econômicas globais recentes, que evidenciaram as limitações de modelos excessivamente orientados pelo mercado. Em diversas partes do mundo, observa-se o retorno de políticas industriais, investimentos públicos estratégicos e programas de proteção social, reforçando a atualidade do debate desenvolvimentista.

Portanto, o estudo dos personagens-chave do desenvolvimentismo brasileiro permite compreender não apenas a trajetória histórica das ideias econômicas no país, mas também os dilemas e possibilidades do desenvolvimento nacional no século XXI. Suas contribuições revelam que o desenvolvimento é um processo complexo, historicamente condicionado e profundamente dependente das escolhas políticas e institucionais realizadas pela sociedade. Dessa forma, a análise desses autores torna-se fundamental para refletir sobre os caminhos possíveis para o Brasil em um contexto global marcado por profundas transformações econômicas, sociais e ambientais.

CELSO FURTADO E A INTERPRETAÇÃO ESTRUTURALISTA

A compreensão do pensamento desenvolvimentista brasileiro passa, inevitavelmente, pela análise da obra de Celso Furtado, considerado um dos mais importantes intelectuais da economia latino-americana no século XX. Sua produção teórica representou um marco na interpretação do subdesenvolvimento e na formulação de estratégias voltadas à superação das desigualdades estruturais presentes nos países periféricos. Inserido no contexto intelectual da CEPAL, Furtado desenvolveu uma leitura crítica da economia internacional, rompendo com os pressupostos universalistas da teoria econômica clássica e neoclássica. Sua interpretação estruturalista constituiu não apenas uma análise econômica, mas também uma reflexão histórica, política e social acerca das relações entre centro e periferia no capitalismo mundial.

O estruturalismo latino-americano emergiu no contexto do pós-Segunda Guerra Mundial, período marcado pela reorganização da economia internacional e pela intensificação das desigualdades entre países industrializados e economias exportadoras de produtos primários. Nesse cenário, a CEPAL, sob liderança de Raúl Prebisch, formulou uma crítica à divisão internacional do trabalho, argumentando que o sistema econômico global reproduzia uma relação assimétrica entre centro e periferia. Furtado aprofundou essa interpretação ao defender que o subdesenvolvimento não representava uma etapa preliminar do desenvolvimento, mas uma condição histórica produzida pelo próprio funcionamento do capitalismo internacional (Furtado, 2000).

Essa concepção rompeu com a visão evolucionista predominante nas teorias econômicas convencionais, segundo as quais todas as sociedades seguiriam trajetórias semelhantes rumo ao desenvolvimento industrial. Para Furtado (1961), o desenvolvimento econômico dos países centrais ocorreu em condições históricas específicas, marcadas pela acumulação de capital, pela inovação tecnológica e pela expansão do mercado interno. Já os países periféricos foram incorporados ao sistema capitalista de maneira subordinada, especializando-se na exportação de matérias-primas e produtos agrícolas, o que limitou sua capacidade de diversificação produtiva e de autonomia econômica.

Em sua obra clássica *Formação Econômica do Brasil*, Furtado (2000) realizou uma das mais influentes interpretações históricas da economia brasileira. O autor analisou a formação econômica nacional desde o período colonial, destacando como o modelo agroexportador contribuiu para consolidar estruturas de dependência e concentração de renda. Segundo o economista, a colonização portuguesa organizou a economia brasileira em função dos interesses externos, priorizando atividades voltadas à exportação, como o açúcar e, posteriormente, o café. Essa lógica gerou uma economia voltada ao exterior, incapaz de promover um processo autônomo de desenvolvimento.

A interpretação estruturalista furtadiana enfatiza que o subdesenvolvimento resulta de estruturas econômicas historicamente construídas. Nesse sentido, a desigualdade entre centro e periferia não decorre apenas de diferenças quantitativas de renda ou produtividade, mas de uma inserção desigual no sistema capitalista internacional. Conforme argumenta Bielschowsky (2000), a originalidade de Furtado reside justamente na compreensão do subdesenvolvimento como uma formação histórica específica, marcada por dualidades econômicas, heterogeneidade produtiva e dependência tecnológica.

Outro aspecto central da interpretação estruturalista de Furtado refere-se à crítica ao livre mercado como mecanismo suficiente para promover o desenvolvimento nas economias periféricas. Para o autor, o funcionamento espontâneo das forças de mercado tende a reproduzir as desigualdades estruturais existentes, favorecendo a concentração de riqueza e aprofundando a dependência externa. Em razão disso, o Estado assume papel estratégico no planejamento econômico e na condução do processo de industrialização. A intervenção estatal seria necessária para coordenar investimentos, proteger setores produtivos nacionais e estimular a modernização econômica.

A industrialização por substituição de importações constituiu um dos pilares do pensamento estruturalista. Furtado defendia que a industrialização permitiria romper com a vulnerabilidade externa decorrente da dependência de exportações primárias. Ao produzir internamente bens antes importados, os países periféricos poderiam fortalecer seu mercado interno, ampliar a geração de empregos e aumentar sua capacidade de acumulação de capital. Contudo, o autor reconhecia que a industrialização periférica apresentava limites específicos, sobretudo em razão da dependência tecnológica e financeira em relação aos países centrais (Furtado, 1983).

Além da dimensão econômica, a obra de Furtado apresenta profunda preocupação com os aspectos sociais e culturais do desenvolvimento. O autor compreendia o desenvolvimento como um processo multidimensional, envolvendo transformações produtivas, institucionais e sociais. Em *O Mito do Desenvolvi-*

mento Econômico, Furtado (1974) criticou a ideia de que o padrão de consumo dos países centrais poderia ser universalizado em escala global. Segundo ele, o modelo de crescimento das economias industrializadas baseava-se em elevados níveis de consumo e exploração de recursos naturais, tornando-se insustentável quando projetado para toda a população mundial.

Essa reflexão conferiu à obra furtadiana um caráter pioneiro nas discussões sobre sustentabilidade e limites ambientais do crescimento econômico. Décadas antes da consolidação do debate ambiental contemporâneo, Furtado já alertava para os impactos sociais e ecológicos de um modelo de desenvolvimento baseado na expansão ilimitada do consumo. Nesse aspecto, sua contribuição ultrapassa os limites da economia estruturalista clássica, aproximando-se de abordagens críticas do desenvolvimento e da economia ecológica contemporânea (Vieira, 2010).

Outro tema recorrente na obra de Furtado refere-se às desigualdades regionais. O economista dedicou especial atenção à questão do Nordeste brasileiro, compreendendo-a como expressão das disparidades estruturais do desenvolvimento nacional. Sua atuação na criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), em 1959, demonstrou a tentativa de traduzir suas formulações teóricas em políticas públicas concretas. Para Furtado, o atraso econômico nordestino não era resultado de fatores naturais ou culturais, mas consequência de um processo histórico de concentração econômica e exclusão regional (Oliveira, 2003).

A proposta da SUDENE envolvia planejamento regional, investimentos em infraestrutura e estímulos à industrialização como instrumentos de transformação econômica e social. Embora os resultados tenham sido limitados por fatores políticos e institucionais, a experiência representou um marco no planejamento regional brasileiro e reforçou a importância atribuída por Furtado ao papel do Estado como agente do desenvolvimento.

No plano internacional, a obra de Furtado exerceu significativa influência sobre os estudos do desenvolvimento e da dependência. Autores como Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto dialogaram com o estruturalismo cepalino ao formular a teoria da dependência, que buscava compreender as relações entre desenvolvimento e subdesenvolvimento no capitalismo periférico. Embora apresentem diferenças analíticas, essas abordagens compartilham a crítica à universalização das teorias econômicas formuladas nos países centrais.

A influência internacional de Furtado também pode ser observada em estudos contemporâneos sobre desenvolvimento econômico, globalização e desigualdade. Economistas como Chang (2004) retomam argumentos próximos ao estruturalismo ao defenderem a importância de políticas industriais e proteção estatal no processo de desenvolvimento das economias emergentes. Do mesmo modo, Rodrik (2011) destaca a necessidade de estratégias nacionais de desenvolvimento adaptadas às especificidades históricas e institucionais de cada país, em oposição às prescrições universalistas do neoliberalismo.

Apesar da relevância de sua obra, o pensamento de Furtado também recebeu críticas. Economistas liberais argumentam que o modelo desenvolvimentista contribuiu para o aumento do intervencionismo estatal, da inflação e do endividamento público em diversos países latino-americanos. Além disso, alguns críticos apontam que a estratégia de substituição de importações gerou indús-

trias pouco competitivas e excessivamente dependentes da proteção estatal (Fishlow, 1985). Ainda assim, mesmo entre os críticos, reconhece-se a importância das contribuições furtadianas para a compreensão das especificidades históricas do desenvolvimento periférico.

Nas últimas décadas, observa-se uma retomada do interesse pelo pensamento estruturalista e pela obra de Furtado, especialmente diante das limitações das políticas neoliberais implementadas na América Latina a partir dos anos 1990. Crises financeiras, desindustrialização e aumento das desigualdades sociais reacenderam o debate sobre o papel do Estado, da política industrial e do planejamento econômico. Nesse contexto, autores vinculados ao chamado novo desenvolvimentismo buscam reinterpretar as contribuições furtadianas à luz dos desafios contemporâneos (Bresser-Pereira, 2016).

A atualidade do pensamento de Furtado torna-se evidente em discussões sobre reindustrialização, soberania econômica e sustentabilidade ambiental. Em um cenário marcado pela financeirização da economia global e pela intensificação das desigualdades, suas reflexões sobre dependência, heterogeneidade estrutural e planejamento estatal permanecem relevantes para a formulação de estratégias de desenvolvimento em países periféricos.

Além disso, a dimensão humanista de sua obra continua a oferecer importantes contribuições ao debate econômico contemporâneo. Furtado compreendia o desenvolvimento não apenas como crescimento do produto ou aumento da renda, mas como expansão das capacidades humanas e melhoria das condições de vida da população. Essa perspectiva aproxima-se de abordagens posteriores, como a teoria do desenvolvimento humano formulada por Amartya Sen, que enfatiza a ampliação das liberdades e oportunidades como objetivo central do desenvolvimento (Sen, 2010).

Portanto, a interpretação estruturalista de Celso Furtado representa uma das mais relevantes contribuições ao pensamento econômico latino-americano. Sua análise histórica do subdesenvolvimento, sua defesa da industrialização e do planejamento estatal, bem como sua preocupação com as desigualdades sociais e regionais, consolidaram uma abordagem crítica e original sobre o desenvolvimento econômico. Mais do que uma teoria econômica, sua obra constitui uma reflexão abrangente sobre os desafios históricos enfrentados pelos países periféricos na busca por autonomia, justiça social e transformação estrutural.

IGNÁCIO RANGEL E A DUALIDADE ECONÔMICA

A trajetória do pensamento econômico brasileiro ao longo do século XX foi marcada pela contribuição de diversos intelectuais que buscaram interpretar as especificidades históricas, sociais e estruturais do desenvolvimento nacional. Entre esses autores, destaca-se Ignácio Rangel, cuja obra ocupa posição singular no debate econômico brasileiro devido à originalidade de suas interpretações acerca da formação econômica nacional, das crises cíclicas e do papel do Estado no desenvolvimento. Diferentemente de outros economistas vinculados ao estruturalismo latino-americano, Rangel desenvolveu uma abordagem própria, profundamente influenciada pelo materialismo histórico, pela análise dialética e pela observação concreta das contradições da economia brasileira. Sua principal contribuição teórica encontra-se na formulação da teoria da dualidade econô-

mica, elaborada como instrumento interpretativo para compreender a dinâmica histórica do desenvolvimento brasileiro.

A teoria da dualidade econômica parte da premissa de que a economia brasileira é caracterizada pela coexistência de estruturas econômicas distintas, pertencentes a diferentes temporalidades históricas, mas articuladas entre si de forma dinâmica e contraditória. Para Rangel (2005), o desenvolvimento nacional não ocorre por substituição linear de formas econômicas atrasadas por formas modernas, mas pela convivência simultânea de diferentes modos de produção e relações sociais. Essa interpretação rompe com concepções evolucionistas simplificadoras e oferece uma leitura complexa da formação econômica brasileira.

Segundo o autor, a sociedade brasileira apresenta uma dualidade básica composta por um “polo interno” e um “polo externo”, cada qual associado a determinadas formas de organização econômica e relações de produção. O polo externo relaciona-se às atividades voltadas ao mercado internacional, geralmente mais modernas e articuladas ao capitalismo global, enquanto o polo interno conserva estruturas econômicas mais tradicionais, frequentemente vinculadas a formas arcaicas de produção. Essa coexistência de elementos modernos e atrasados constitui o núcleo explicativo da dinâmica econômica brasileira (Rangel, 1957).

A originalidade do pensamento rangeliano reside no fato de que essa dualidade não é compreendida como um obstáculo meramente transitório ao desenvolvimento, mas como parte constitutiva do próprio processo de modernização capitalista periférica. Nesse sentido, a economia brasileira desenvolve-se por meio da incorporação seletiva da modernidade, sem eliminar completamente estruturas anteriores. A permanência de setores atrasados não representa simples resíduo histórico, mas elemento funcional à reprodução do capitalismo dependente brasileiro.

A formulação da dualidade econômica está profundamente relacionada à influência do método dialético na obra de Rangel. Inspirado em autores como Karl Marx e Georg Wilhelm Friedrich Hegel, o economista brasileiro interpreta a realidade nacional como um processo marcado por contradições internas e transformações históricas contínuas. Para ele, as crises econômicas desempenham papel central no movimento da economia, funcionando como mecanismos de reorganização estrutural e redefinição das relações produtivas (Bielschowsky, 2000).

Ao analisar a formação histórica brasileira, Rangel identifica diferentes fases da dualidade econômica nacional. Durante o período colonial, por exemplo, a economia brasileira articulava um setor exportador escravista voltado ao mercado externo com atividades internas de subsistência e pequena produção. Posteriormente, com o avanço da industrialização e da urbanização, novas formas de dualidade emergiram, agora envolvendo setores industriais modernos coexistindo com estruturas agrárias tradicionais e relações de trabalho precárias.

Essa perspectiva permitiu a Rangel desenvolver uma interpretação própria acerca da industrialização brasileira. Diferentemente de parte do pensamento liberal, que atribuía o atraso nacional à excessiva intervenção estatal, e também de certas leituras estruturalistas excessivamente dependencistas, Rangel via o Estado como elemento indispensável à coordenação do desenvolvimento econômico. Para ele, a industrialização brasileira ocorreu justamente porque o Estado assumiu funções estratégicas de financiamento, planejamento e infraestrutura,

especialmente diante das limitações do capital privado nacional (Rangel, 1982).

Nesse aspecto, sua análise aproxima-se parcialmente das formulações desenvolvimentistas associadas à CEPAL, embora mantenha diferenças importantes. Enquanto o estruturalismo cepalino enfatizava principalmente a deterioração dos termos de troca e a dependência centro-periferia, Rangel concentrava-se nas contradições internas da formação social brasileira. Sua preocupação central era compreender os mecanismos pelos quais o capitalismo brasileiro assimilava e reproduzia simultaneamente modernização e atraso.

Outro elemento fundamental da obra rangeliana refere-se à interpretação dos ciclos econômicos. Rangel defendia que a economia brasileira era influenciada tanto pelos ciclos longos do capitalismo internacional quanto por ciclos internos específicos, vinculados às características estruturais do país. Inspirado parcialmente nos estudos de Nikolai Kondratiev sobre ondas longas de desenvolvimento capitalista, o autor argumentava que o Brasil respondia de maneira particular às crises internacionais, reorganizando internamente suas estruturas produtivas e institucionais (Mamigonian, 2010).

A análise dos ciclos permitiu a Rangel compreender as crises não apenas como momentos de retração econômica, mas como oportunidades históricas de transformação estrutural. Em períodos de crise externa, o país tendia a fortalecer o mercado interno e ampliar o papel do Estado, impulsionando processos de industrialização e substituição de importações. Essa interpretação revelou-se particularmente importante para explicar a industrialização brasileira ocorrida após a crise de 1929 e durante o período da Era Vargas.

Além da questão industrial, Rangel dedicou significativa atenção ao problema agrário brasileiro. Para ele, a estrutura fundiária concentrada e a baixa produtividade agrícola constituíam entraves importantes ao desenvolvimento nacional. Entretanto, sua abordagem diferenciava-se de interpretações puramente agraristas, pois compreendia o setor agrícola em articulação dinâmica com o processo industrial e urbano. O campo brasileiro não era visto como esfera isolada, mas como parte integrante das contradições estruturais do capitalismo nacional (Rangel, 1962).

A reflexão sobre infraestrutura também ocupa lugar relevante em sua obra. Nas décadas de 1970 e 1980, Rangel passou a defender a ampliação dos investimentos em infraestrutura econômica como mecanismo fundamental para superar gargalos estruturais e estimular o crescimento. Em sua análise, setores como energia, transporte e telecomunicações possuíam papel estratégico na ampliação da capacidade produtiva nacional. Contudo, o Estado brasileiro enfrentava limitações fiscais crescentes, o que levou o autor a propor mecanismos inovadores de financiamento e concessões públicas (Pereira, 2012).

Nesse contexto, algumas interpretações contemporâneas apontam que Rangel antecipou debates que posteriormente ganhariam destaque nas discussões sobre parcerias público-privadas e financiamento da infraestrutura. Sua capacidade de formular soluções pragmáticas, sem abandonar uma perspectiva estrutural do desenvolvimento, demonstra a atualidade de parte significativa de sua obra.

A contribuição intelectual de Ignácio Rangel também pode ser analisada em perspectiva comparada com outros autores latino-americanos e internacionais. Em diálogo indireto com Raúl Prebisch e Celso Furtado, Rangel comparti-

Iha a preocupação com o subdesenvolvimento periférico, mas distingue-se pela ênfase na dinâmica interna das formações sociais. Enquanto Prebisch priorizava as relações internacionais de dependência e Furtado enfatizava os condicionantes históricos do subdesenvolvimento, Rangel concentrava-se nas contradições dialéticas da estrutura econômica nacional.

No cenário internacional, alguns estudiosos aproximam sua obra das formulações da economia política heterodoxa e das interpretações histórico-estruturais do desenvolvimento. Segundo Rodriguez (2009), a originalidade do pensamento latino-americano sobre desenvolvimento reside justamente na tentativa de compreender as especificidades históricas das economias periféricas sem reproduzir mecanicamente modelos europeus ou norte-americanos. Nesse contexto, Rangel representa uma das expressões mais sofisticadas dessa tradição intelectual.

Apesar de sua relevância teórica, a obra de Ignácio Rangel permaneceu durante muito tempo relativamente marginalizada no debate econômico dominante, especialmente durante o avanço das políticas neoliberais nas décadas finais do século XX. A ascensão da ortodoxia econômica reduziu o espaço acadêmico para interpretações estruturalistas e desenvolvimentistas, privilegiando abordagens centradas na liberalização econômica e na estabilidade monetária.

Entretanto, nas últimas décadas, observa-se uma retomada do interesse pela obra rangeliana, especialmente entre pesquisadores vinculados ao campo do novo desenvolvimentismo e da economia política crítica. A persistência de desigualdades estruturais, os limites das reformas neoliberais e os desafios relacionados à reindustrialização brasileira contribuíram para revalorizar interpretações capazes de explicar a complexidade do desenvolvimento periférico contemporâneo.

Autores recentes destacam que a dualidade econômica identificada por Rangel permanece visível no Brasil contemporâneo. A coexistência entre setores altamente tecnologicizados e amplas parcelas da economia marcadas pela informalidade, baixa produtividade e precarização do trabalho demonstra a permanência de estruturas econômicas heterogêneas. Além disso, as desigualdades regionais e sociais continuam refletindo parte das contradições históricas apontadas pelo autor (Carneiro, 2019).

Outro aspecto contemporâneo relevante refere-se ao papel do Estado. As crises econômicas globais do século XXI, especialmente após 2008, recolocaram em evidência a importância das políticas públicas, do planejamento estatal e dos investimentos em infraestrutura, temas centrais na obra de Rangel. Em um cenário marcado por instabilidades financeiras, desafios tecnológicos e transição energética, a discussão sobre estratégias nacionais de desenvolvimento voltou a ocupar espaço significativo no debate econômico internacional.

Nesse sentido, a obra de Ignácio Rangel oferece contribuições importantes para a compreensão dos desafios atuais do desenvolvimento brasileiro. Sua interpretação dialética da economia nacional permite analisar de forma integrada questões relacionadas à industrialização, infraestrutura, desigualdade social e inserção internacional. Mais do que um intérprete de seu tempo, Rangel permanece como referência relevante para pensar os dilemas estruturais do capitalismo brasileiro contemporâneo.

Portanto, a teoria da dualidade econômica representa uma das mais originais contribuições ao pensamento econômico brasileiro. Ao compreender o de-

envolvimento como processo contraditório, marcado pela coexistência de estruturas distintas e pela atuação decisiva do Estado, Ignácio Rangel construiu uma interpretação complexa e sofisticada da formação nacional. Sua obra transcende análises conjunturais e oferece instrumentos teóricos valiosos para interpretar tanto o passado quanto os desafios presentes do desenvolvimento econômico brasileiro.

ROBERTO CAMPOS E A VISÃO LIBERAL-DESENVOLVIMENTISTA

A trajetória intelectual e política de Roberto Campos ocupa posição singular na história do pensamento econômico brasileiro do século XX. Diplomata, economista, ministro e senador, Campos tornou-se uma das figuras mais influentes — e também mais controversas — do debate sobre desenvolvimento econômico no Brasil. Sua atuação esteve profundamente associada à formulação de políticas econômicas voltadas à modernização capitalista, à industrialização e à inserção internacional da economia brasileira. Embora frequentemente identificado como representante do liberalismo econômico, sua concepção de desenvolvimento não se alinhava integralmente ao liberalismo clássico ortodoxo. Ao contrário, Roberto Campos defendia uma combinação entre planejamento estatal, racionalidade de mercado e integração ao capitalismo internacional, o que levou diversos autores a classificarem sua perspectiva como uma forma de liberal-desenvolvimentismo (Abreu, 2014).

A formação intelectual de Roberto Campos foi fortemente influenciada pelas transformações econômicas ocorridas no período pós-Segunda Guerra Mundial, especialmente pelo avanço das discussões sobre planejamento econômico, crescimento industrial e modernização das economias periféricas. Campos participou ativamente da formulação de políticas públicas em momentos decisivos da história econômica brasileira, incluindo o segundo governo de Getúlio Vargas, o governo de Juscelino Kubitschek e o período inicial do regime militar instaurado após o Golpe de Estado no Brasil em 1964. Sua atuação no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), posteriormente denominado BNDES, consolidou sua imagem como um dos arquitetos da modernização econômica brasileira.

O pensamento de Roberto Campos desenvolveu-se em um contexto no qual o debate econômico latino-americano era amplamente influenciado pelas formulações estruturalistas da CEPAL. Entretanto, embora reconhecesse os problemas estruturais do subdesenvolvimento, Campos apresentava divergências importantes em relação à tradição cepalina. Enquanto autores como Celso Furtado enfatizavam a dependência externa e defendiam uma forte proteção da indústria nacional, Roberto Campos considerava que o desenvolvimento econômico exigia maior abertura ao capital estrangeiro, estímulo à eficiência produtiva e integração competitiva ao mercado internacional.

Segundo Bielschowsky (2000), Campos defendia um modelo de desenvolvimento baseado na modernização capitalista, compreendendo o investimento externo como elemento indispensável para acelerar o crescimento econômico de países periféricos. Para ele, a escassez de poupança interna e de capacidade tecnológica tornava necessária a atração de capitais estrangeiros como mecanismo de financiamento da industrialização. Nesse sentido, diferentemente de

setores nacionalistas do pensamento econômico brasileiro, Roberto Campos não via o capital internacional como ameaça à soberania econômica, mas como instrumento potencial de dinamização produtiva.

Essa concepção pode ser observada em sua atuação durante o Plano de Metas do governo Kubitschek. O projeto desenvolvimentista implementado entre 1956 e 1961 buscava acelerar a industrialização brasileira por meio de investimentos em infraestrutura, energia, transporte e indústria de base. Roberto Campos participou diretamente desse processo, contribuindo para a formulação de mecanismos institucionais de financiamento e coordenação econômica. Ainda que o Plano de Metas seja frequentemente associado ao nacional-desenvolvimentismo, Campos defendia uma versão mais pragmática do desenvolvimento, baseada na articulação entre Estado e mercado, sem rejeição ao capital estrangeiro (Lessa, 1981).

O liberal-desenvolvimentismo defendido por Roberto Campos possuía como um de seus pilares a racionalização administrativa e o planejamento técnico da economia. Para Campos, o atraso econômico brasileiro estava relacionado não apenas à escassez de capital, mas também à ineficiência institucional e à baixa produtividade do Estado. Assim, ele defendia reformas administrativas capazes de modernizar a burocracia estatal e aumentar a eficiência da gestão pública. Essa visão aproximava-se das teorias da modernização difundidas nos Estados Unidos durante a Guerra Fria, que associavam desenvolvimento econômico à racionalidade técnica, industrialização e integração ao capitalismo global (Hirschman, 1958).

No plano teórico, Roberto Campos também sofreu influência de economistas liberais e desenvolvimentistas internacionais, como John Maynard Keynes, Joseph Schumpeter e Walt Whitman Rostow. De Keynes, Campos absorveu a percepção de que o Estado poderia exercer funções importantes na coordenação macroeconômica e no estímulo ao investimento. De Schumpeter, incorporou a valorização da inovação tecnológica e do empreendedorismo como motores do desenvolvimento capitalista. Já Rostow influenciou sua visão etapista do desenvolvimento, segundo a qual as economias periféricas poderiam alcançar níveis mais avançados de industrialização mediante políticas adequadas de modernização econômica.

Durante o regime militar, Roberto Campos assumiu o Ministério do Planejamento no governo de Castelo Branco, tornando-se um dos principais formuladores do Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG). O PAEG tinha como objetivo estabilizar a economia brasileira, controlar a inflação e criar bases institucionais para o crescimento econômico sustentado. Entre as principais medidas implementadas estavam reformas tributária, bancária e financeira, além da criação do Banco Central e do Conselho Monetário Nacional. Segundo Abreu (2014), essas reformas foram fundamentais para estruturar o sistema financeiro moderno brasileiro e consolidar instrumentos de política monetária e fiscal.

Entretanto, a atuação de Roberto Campos durante o regime militar também gerou críticas significativas. Muitos autores argumentam que as reformas implementadas priorizaram a estabilidade macroeconômica e a expansão capitalista em detrimento da distribuição de renda e da justiça social. Tavares (1972) sustenta que o modelo econômico associado ao regime militar promoveu crescimento acelerado, porém concentrador e excludente, ampliando desigualdades sociais

e regionais. Nesse sentido, Roberto Campos passou a ser identificado por setores críticos como representante de uma modernização conservadora, comprometida mais com a eficiência econômica do que com transformações estruturais de caráter social.

Além disso, sua defesa da abertura econômica e do capital estrangeiro gerou tensões com correntes nacionalistas e estruturalistas do pensamento econômico brasileiro. Para autores ligados à tradição cepalina, como Furtado (2000), a excessiva dependência de capitais externos poderia aprofundar a vulnerabilidade econômica dos países periféricos, limitando sua autonomia política e produtiva. Roberto Campos, por outro lado, acreditava que o isolamento econômico e o protecionismo excessivo poderiam comprometer a competitividade da indústria nacional e reduzir o potencial de crescimento de longo prazo.

Ao longo das décadas de 1980 e 1990, Campos aproximou-se ainda mais das teses neoliberais, tornando-se defensor da privatização de empresas estatais, da abertura comercial e da redução do intervencionismo estatal. Ainda assim, sua trajetória intelectual não pode ser reduzida a um liberalismo ortodoxo. Diferentemente de autores ultraliberais, Roberto Campos reconhecia a importância histórica do Estado no processo de industrialização brasileira e admitia a necessidade de planejamento econômico em determinadas circunstâncias. Essa combinação entre liberalismo econômico e preocupação com o desenvolvimento nacional explica por que parte da literatura o classifica como representante do liberal-desenvolvimentismo (Bielschowsky, 2000).

A complexidade do pensamento de Roberto Campos também se manifesta em sua interpretação do papel das instituições no desenvolvimento econômico. Influenciado por correntes institucionalistas, Campos defendia que o crescimento econômico dependia da existência de marcos regulatórios estáveis, segurança jurídica e eficiência administrativa. Nesse aspecto, aproximava-se de autores contemporâneos como Douglass North, para quem as instituições exercem papel decisivo na trajetória de desenvolvimento das sociedades (North, 1990).

Nos estudos recentes sobre pensamento econômico brasileiro, Roberto Campos vem sendo reinterpretado de maneira mais nuançada. Se anteriormente predominavam análises polarizadas, atualmente diversos pesquisadores buscam compreender as contradições e especificidades de sua trajetória intelectual. Fonseca (2015) argumenta que Campos representava uma vertente alternativa do desenvolvimentismo brasileiro, menos nacionalista e mais integrada ao capitalismo internacional. Já Ricupero (2017) destaca que sua contribuição para a modernização institucional e financeira do país foi decisiva, embora marcada por ambiguidades no campo social.

A permanência do debate em torno das ideias de Roberto Campos revela a atualidade de questões relacionadas ao papel do Estado, à abertura econômica e às estratégias de desenvolvimento nacional. Em um contexto contemporâneo marcado pela globalização financeira, pela reconfiguração das cadeias produtivas e pela crescente competição internacional, muitos dos temas discutidos por Campos continuam presentes no debate econômico brasileiro (Abreu, 2009). Questões como produtividade, inovação tecnológica, eficiência institucional e inserção internacional permanecem centrais para a formulação de políticas de desenvolvimento.

Ao mesmo tempo, as críticas dirigidas ao liberal-desenvolvimentismo de

Roberto Campos também continuam relevantes, especialmente diante da persistência das desigualdades sociais e regionais no Brasil. O desafio de conciliar crescimento econômico com inclusão social permanece como uma das principais questões do desenvolvimento brasileiro contemporâneo. Nesse sentido, a análise do pensamento de Roberto Campos permite compreender não apenas uma vertente específica do desenvolvimentismo, mas também os conflitos ideológicos e econômicos que marcaram a trajetória do capitalismo brasileiro no século XX.

Portanto, Roberto Campos ocupa posição fundamental na história do pensamento econômico nacional por representar uma síntese singular entre liberalismo econômico, planejamento estatal e modernização capitalista. Sua atuação política e intelectual contribuiu para moldar importantes instituições econômicas brasileiras e influenciou decisivamente o debate sobre desenvolvimento no país. Embora suas ideias permaneçam objeto de controvérsia, sua relevância histórica e teórica é incontestável, constituindo referência indispensável para a compreensão das diferentes vertentes do desenvolvimentismo brasileiro.

LUIZ CARLOS BRESSER-PEREIRA E O NOVO DESENVOLVIMENTISMO

O debate acerca do desenvolvimento econômico na América Latina ganhou novos contornos a partir das transformações ocorridas no cenário internacional nas últimas décadas do século XX. A crise da dívida externa, a intensificação da globalização financeira, a hegemonia das políticas neoliberais e a reestruturação produtiva mundial provocaram mudanças profundas nas estratégias de crescimento adotadas pelos países periféricos. Nesse contexto, emergiu o chamado novo desenvolvimentismo, corrente teórica que buscou reinterpretar os fundamentos clássicos do desenvolvimentismo latino-americano à luz das novas condições econômicas globais. Entre os principais formuladores dessa perspectiva destaca-se Luiz Carlos Bresser-Pereira, cuja produção intelectual passou a ocupar posição central no debate econômico brasileiro contemporâneo.

Bresser-Pereira tornou-se um dos mais influentes economistas brasileiros ao articular uma crítica tanto ao neoliberalismo quanto às limitações do antigo nacional-desenvolvimentismo. Seu pensamento busca estabelecer uma alternativa capaz de combinar crescimento econômico sustentado, estabilidade macroeconômica, fortalecimento do Estado nacional e inserção competitiva no mercado internacional. Diferentemente das formulações clássicas da CEPAL, centradas na industrialização por substituição de importações, o novo desenvolvimentismo procura adaptar-se às condições da economia globalizada, reconhecendo a importância do comércio internacional, da competitividade industrial e da estabilidade fiscal.

Segundo Bresser-Pereira (2006), o novo desenvolvimentismo constitui uma estratégia nacional de desenvolvimento voltada aos países de renda média que já realizaram sua revolução industrial, mas enfrentam obstáculos para alcançar níveis mais elevados de crescimento econômico e competitividade internacional. Para o autor, o problema central dessas economias não reside apenas na insuficiência de industrialização, como sustentavam os estruturalistas clássicos, mas também na vulnerabilidade externa, na instabilidade macroeconômica e na

valorização cambial crônica provocada pela abertura financeira.

A crítica de Bresser-Pereira ao neoliberalismo parte da compreensão de que as reformas liberalizantes implementadas na América Latina durante as décadas de 1980 e 1990 não foram capazes de promover crescimento sustentado nem reduzir as desigualdades sociais. Inspiradas no chamado Consenso de Washington, essas políticas enfatizaram privatizações, desregulamentação, abertura comercial e redução do papel do Estado na economia. Entretanto, seus resultados foram marcados por baixo crescimento econômico, aumento da vulnerabilidade financeira e aprofundamento das desigualdades sociais (Williamson, 1990).

Para Bresser-Pereira (2010), o neoliberalismo promoveu uma “desnacionalização” das estratégias econômicas, subordinando os interesses nacionais à lógica do capital financeiro internacional. Nesse modelo, os países periféricos passaram a depender excessivamente da poupança externa, aumentando sua exposição a crises cambiais e financeiras. O autor argumenta que a crença de que déficits em conta corrente poderiam impulsionar o crescimento mostrou-se equivocada, pois frequentemente resultou em sobreapreciação cambial e desindustrialização precoce.

Nesse sentido, um dos conceitos centrais do novo desenvolvimentismo é a crítica à chamada doença holandesa. Originalmente formulado por Corden e Neary (1982), o conceito refere-se ao processo de valorização cambial provocado pela exportação de commodities, que reduz a competitividade da indústria manufatureira. Bresser-Pereira incorpora essa noção ao contexto latino-americano, argumentando que muitos países periféricos sofrem de uma tendência estrutural à sobrevalorização cambial, comprometendo o desenvolvimento industrial e tecnológico.

Para o novo desenvolvimentismo, a taxa de câmbio desempenha papel estratégico no crescimento econômico. Diferentemente das abordagens ortodoxas, que priorizam exclusivamente o controle inflacionário, Bresser-Pereira defende a manutenção de uma taxa de câmbio competitiva como condição fundamental para estimular investimentos produtivos, exportações industriais e inovação tecnológica. Segundo o autor, países que conseguiram alcançar elevado crescimento econômico nas últimas décadas, como China e Coreia do Sul, adotaram políticas cambiais voltadas à preservação da competitividade industrial (Bresser-Pereira, 2016).

Outro elemento central do pensamento de Bresser-Pereira é a defesa de um Estado forte e estrategicamente orientado para o desenvolvimento. Contudo, o autor não propõe um retorno ao intervencionismo estatal característico do antigo nacional-desenvolvimentismo. O novo desenvolvimentismo reconhece a importância do mercado como mecanismo de coordenação econômica, mas sustenta que o Estado deve atuar como planejador estratégico, regulador macroeconômico e indutor de investimentos em setores prioritários.

Essa concepção aproxima-se das análises de Amsden (2001) e Chang (2002), que destacam o papel decisivo do Estado no processo de industrialização tardia de países asiáticos. Chang (2002) argumenta que os países hoje desenvolvidos utilizaram intensamente políticas protecionistas e estratégias de intervenção estatal durante seus processos de industrialização, contrariando o discurso liberal atualmente difundido pelas economias centrais. Essa perspectiva reforça a crítica desenvolvimentista à ideia de que o mercado, isoladamente, seria capaz de

promover desenvolvimento econômico em países periféricos.

No caso brasileiro, Bresser-Pereira identifica um processo de desindustrialização precoce associado à abertura comercial indiscriminada, à financeirização da economia e à valorização cambial persistente. Segundo Oreiro e Marconi (2014), a perda de participação da indústria no PIB brasileiro compromete a capacidade de inovação e crescimento de longo prazo, uma vez que o setor manufatureiro possui forte capacidade de geração de produtividade e difusão tecnológica.

Ademais disso, Oreiro e Marconi (2014) compreendem que o novo desenvolvimentismo exalta a necessidade de responsabilidade fiscal e estabilidade macroeconômica. Diferentemente de interpretações equivocadas que associam o desenvolvimentismo a déficits públicos permanentes, Bresser-Pereira sustenta que o equilíbrio fiscal é condição necessária para o crescimento sustentável. O Estado desenvolvimentista deve ser financeiramente sólido, capaz de investir estrategicamente sem comprometer a estabilidade econômica. Assim, o novo desenvolvimentismo procura conciliar crescimento econômico com disciplina fiscal, distinguindo-se tanto do populismo econômico quanto da austeridade neoliberal extrema.

A obra de Bresser-Pereira também faz uma análise sobre a relação entre desenvolvimento e soberania nacional. Para o autor, o desenvolvimento econômico constitui um projeto nacional que exige coordenação entre Estado, setor produtivo e sociedade civil. Países que alcançaram elevado nível de desenvolvimento foram capazes de construir estratégias nacionais relativamente autônomas em relação aos interesses externos. Nesse sentido, o novo desenvolvimentismo resgata a noção de nação como categoria econômica e política central no processo de desenvolvimento.

Essa interpretação dialoga com autores clássicos do desenvolvimentismo latino-americano, como Celso Furtado, que compreendia o desenvolvimento como um processo de transformação estrutural associado à construção da autonomia nacional. Para Furtado (2000), o subdesenvolvimento resulta da dependência econômica e tecnológica em relação aos países centrais. Bresser-Pereira atualiza essa análise ao incorporar as dinâmicas da globalização financeira e da competição internacional contemporânea.

A literatura recente também tem ampliado o debate sobre o novo desenvolvimentismo, especialmente no que se refere às questões ambientais e à sustentabilidade. A emergência das mudanças climáticas e das agendas de transição energética impõe novos desafios às estratégias de desenvolvimento. Nesse contexto, Mazzucato (2013) argumenta que o Estado deve assumir papel protagonista na promoção da inovação tecnológica voltada à sustentabilidade, financiando setores estratégicos e coordenando missões de interesse público.

Embora o novo desenvolvimentismo tenha sido amplamente influente no debate econômico brasileiro, ele também recebeu críticas. Alguns autores argumentam que suas propostas apresentam limitações diante da crescente financeirização global e da fragmentação das cadeias produtivas internacionais. Outros sustentam que o foco excessivo na competitividade industrial pode negligenciar questões sociais e ambientais mais amplas (Furtado 2000; Oreiro; Marconi, 2014). Ainda assim, o novo desenvolvimentismo permanece como uma das principais correntes heterodoxas do pensamento econômico latino-americano contemporâneo.

Autores pós-keynesianos, como Davidson (2009), também dialogam com algumas proposições do novo desenvolvimentismo, especialmente no que diz respeito à instabilidade inerente dos mercados financeiros e à necessidade de coordenação estatal. Da mesma forma, economistas institucionalistas destacam a importância das instituições nacionais para o sucesso das estratégias de desenvolvimento econômico (North, 1990).

No cenário contemporâneo, marcado por crises econômicas, tensões geopolíticas e transformações tecnológicas aceleradas, o debate sobre desenvolvimento voltou a ganhar centralidade. A pandemia de COVID-19 evidenciou as fragilidades das economias excessivamente dependentes de cadeias globais de produção e reforçou a importância de políticas industriais e capacidades estatais nacionais. Nesse contexto, as formulações de Bresser-Pereira tornaram-se novamente relevantes para a discussão sobre reindustrialização, soberania econômica e desenvolvimento sustentável.

No caso brasileiro, temas como neoindustrialização, inovação tecnológica, transição energética e redução das desigualdades sociais recolocam o desenvolvimentismo no centro do debate político e econômico. Oreiro e Marconi (2014) compreendem que a necessidade de reconstrução da capacidade produtiva nacional e de fortalecimento das instituições públicas evidencia a atualidade das discussões propostas pelo novo desenvolvimentismo.

Portanto, a contribuição de Luiz Carlos Bresser-Pereira ultrapassa os limites da teoria econômica, constituindo uma reflexão abrangente sobre os desafios históricos do desenvolvimento brasileiro e latino-americano. Sua obra representa um esforço de atualização do pensamento desenvolvimentista diante das transformações da economia global, articulando crescimento econômico, estabilidade macroeconômica, fortalecimento do Estado nacional e inserção internacional competitiva. Ao recuperar o papel estratégico do Estado e enfatizar a importância de uma política macroeconômica orientada ao desenvolvimento, o novo desenvolvimentismo permanece como uma das mais relevantes contribuições ao pensamento econômico contemporâneo na América Latina.

ATUALIDADE DO DESENVOLVIMENTISMO NO BRASIL: POLÍTICAS ECONÔMICAS RECENTES, REINDUSTRIALIZAÇÃO E DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS

O debate acerca do desenvolvimentismo voltou a ocupar posição central nas discussões econômicas e políticas brasileiras nas primeiras décadas do século XXI, sobretudo diante da desaceleração econômica, da desindustrialização precoce e das crescentes fragilidades estruturais da economia nacional. Após um período marcado pela predominância de políticas neoliberais nos anos 1990 e pela ênfase em mecanismos de liberalização comercial, privatizações e redução do papel do Estado, observou-se, especialmente a partir dos anos 2000, uma retomada gradual da discussão sobre a necessidade de políticas industriais, planejamento estatal e fortalecimento da capacidade produtiva nacional. Esse movimento resultou no ressurgimento do chamado novo desenvolvimentismo, corrente teórica que busca reinterpretar os fundamentos clássicos do desenvolvimentismo à luz das transformações contemporâneas da economia global.

O novo desenvolvimentismo parte da premissa de que o desenvolvimento econômico depende da articulação entre estabilidade macroeconômica, política industrial ativa e fortalecimento do mercado interno. Para Bresser-Pereira (2016), o crescimento sustentado das economias periféricas exige a combinação entre taxa de câmbio competitiva, investimento produtivo, coordenação estatal e políticas voltadas à elevação da produtividade. Diferentemente do desenvolvimentismo clássico, fortemente associado à substituição de importações, o novo desenvolvimentismo reconhece a importância da inserção internacional, mas defende que essa inserção deve ocorrer de maneira estratégica e soberana, evitando a reprimarização produtiva e a dependência tecnológica.

No caso brasileiro, a retomada de políticas associadas ao desenvolvimentismo tornou-se mais evidente durante os governos de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, especialmente por meio da ampliação do crédito público, do fortalecimento do BNDES, da adoção de políticas de conteúdo nacional e da implementação de programas de incentivo à indústria. Tais medidas buscavam estimular investimentos produtivos, ampliar a infraestrutura e fortalecer setores estratégicos da economia. Conforme argumenta Carneiro (2018), essas políticas representaram uma tentativa de reconstrução parcial da capacidade estatal de planejamento econômico, ainda que tenham convivido com contradições macroeconômicas e limitações estruturais.

A partir da década de 2010, contudo, a economia brasileira passou a enfrentar um cenário de baixo crescimento, instabilidade política e retração industrial. O processo de desindustrialização tornou-se um dos principais desafios econômicos do país. Segundo Cano (2012), a desindustrialização brasileira apresenta características precoces, ocorrendo antes que o país alcançasse níveis elevados de renda e desenvolvimento tecnológico. Esse fenômeno resultou da combinação entre abertura comercial desordenada, valorização cambial, dependência de exportações primárias e baixa competitividade industrial.

A literatura internacional também tem destacado os impactos da desindustrialização sobre economias emergentes. Rodrik (2016) argumenta que muitos países em desenvolvimento passaram a experimentar processos de desindustrialização prematura, reduzindo a capacidade da indústria de atuar como motor do crescimento econômico. Para o autor, a indústria manufatureira possui papel singular na geração de produtividade, inovação e empregos de maior qualidade, sendo fundamental para o desenvolvimento econômico sustentável. Dessa forma, o enfraquecimento do setor industrial compromete as possibilidades de crescimento de longo prazo.

Nesse contexto, o debate sobre reindustrialização ganhou força no Brasil nos últimos anos. A reindustrialização é compreendida como um conjunto de políticas voltadas à recuperação da capacidade produtiva nacional, ao fortalecimento das cadeias industriais e à incorporação de inovação tecnológica. Diferentemente das estratégias clássicas de industrialização do século XX, as propostas contemporâneas de reindustrialização enfatizam temas como digitalização, sustentabilidade ambiental, transição energética e integração tecnológica.

Entre as iniciativas recentes mais relevantes destaca-se a política denominada “Nova Indústria Brasil” (NIB), lançada pelo governo federal em 2024. O programa propõe investimentos públicos e privados voltados à modernização industrial, à inovação tecnológica e à transição ecológica da economia brasileira.

Segundo dados divulgados pelo governo federal, os investimentos previstos ultrapassam R\$ 300 bilhões até 2026, abrangendo setores estratégicos como saúde, energia, defesa, mobilidade e transformação digital.

A Nova Indústria Brasil busca fortalecer o papel do Estado como coordenador do desenvolvimento econômico, retomando elementos históricos do pensamento desenvolvimentista, mas incorporando novas agendas relacionadas à sustentabilidade e à inovação. Entre os instrumentos utilizados destacam-se financiamentos subsidiados, incentivos fiscais, programas de pesquisa e desenvolvimento e políticas voltadas ao adensamento produtivo. Além disso, o programa enfatiza a integração entre universidades, centros de pesquisa e setor produtivo, reconhecendo a importância da ciência e da tecnologia para a competitividade internacional.

Outro aspecto relevante das políticas recentes de reindustrialização é a preocupação com a transição ecológica e energética. A emergência das mudanças climáticas e a crescente demanda internacional por tecnologias limpas tem levado diversos países a reformular suas estratégias industriais. Mazzucato (2021) argumenta que os Estados contemporâneos devem atuar de forma empreendedora, liderando missões estratégicas relacionadas à inovação sustentável e ao desenvolvimento tecnológico. Nesse sentido, o Brasil possui potencial significativo em áreas como bioeconomia, energias renováveis e economia de baixo carbono, especialmente devido à sua matriz energética relativamente limpa e à biodiversidade amazônica.

A reindustrialização contemporânea também está fortemente associada à chamada Indústria 4.0, caracterizada pela integração entre automação, inteligência artificial, internet das coisas e digitalização produtiva. Segundo Schwab (2016), a quarta revolução industrial redefine os padrões de produção e competitividade global, exigindo elevados investimentos em tecnologia, qualificação profissional e inovação. Para o Brasil, o desafio consiste em evitar a ampliação do hiato tecnológico em relação às economias centrais, fortalecendo sua capacidade de inserção nas cadeias globais de valor.

Todavia, apesar dos avanços recentes, a retomada do desenvolvimentismo no Brasil enfrenta obstáculos estruturais significativos. Um dos principais desafios refere-se à limitação fiscal do Estado brasileiro. O elevado endividamento público e as regras fiscais restritivas frequentemente limitam a capacidade de investimento estatal em infraestrutura e políticas industriais. Para Stiglitz (2013), políticas de austeridade excessiva tendem a comprometer o crescimento econômico, especialmente em países em desenvolvimento que necessitam ampliar investimentos públicos estratégicos.

Outro desafio importante relaciona-se à dependência tecnológica e financeira externa. A economia brasileira ainda apresenta forte dependência da exportação de commodities e baixa participação em setores intensivos em tecnologia. Segundo Chang (2004), países atualmente desenvolvidos utilizaram amplamente políticas protecionistas e industriais em suas trajetórias históricas, contrariando o discurso liberal frequentemente imposto às economias periféricas. Assim, a construção de uma estratégia nacional de desenvolvimento requer políticas capazes de fortalecer a autonomia tecnológica e produtiva do país.

Além disso, as desigualdades sociais e regionais continuam representando entraves históricos ao desenvolvimento brasileiro. Embora o crescimento eco-

nômico seja condição importante para o desenvolvimento, ele não garante automaticamente inclusão social e redução das desigualdades. Sen (2010) destaca que o desenvolvimento deve ser compreendido como expansão das liberdades humanas, envolvendo não apenas crescimento da renda, mas também acesso à educação, saúde, oportunidades e participação social. Nesse sentido, políticas desenvolvimentistas contemporâneas precisam articular crescimento econômico com inclusão social e sustentabilidade ambiental.

O cenário internacional também impõe desafios relevantes ao desenvolvimentismo brasileiro. A intensificação das disputas geopolíticas, a reorganização das cadeias globais de produção e a ascensão de políticas industriais em países centrais, como Estados Unidos e China, têm redefinido a dinâmica da economia mundial. O retorno do intervencionismo estatal em economias avançadas demonstra que o planejamento econômico voltou a ganhar importância no cenário internacional. Segundo relatórios recentes, países desenvolvidos têm ampliado investimentos públicos em setores estratégicos, como semicondutores, inteligência artificial e energia limpa, evidenciando uma nova fase do capitalismo global baseada na competição tecnológica e industrial.

No Brasil, o debate público sobre desenvolvimentismo permanece marcado por divergências ideológicas e disputas em torno do papel do Estado na economia. Enquanto setores defendem maior liberalização econômica e redução da intervenção estatal, outros argumentam que o país necessita reconstruir sua capacidade de planejamento e coordenação econômica. Dessa forma, as discussões recentes em fóruns digitais e redes sociais revelam a polarização em torno do tema, especialmente no que se refere às políticas de reindustrialização e financiamento público.

Apesar dessas divergências, há crescente consenso entre diversos economistas acerca da necessidade de fortalecer a capacidade produtiva nacional e ampliar investimentos em inovação e infraestrutura. A recuperação da indústria brasileira passou a ser vista não apenas como questão econômica, mas também como elemento estratégico relacionado à soberania nacional, à geração de empregos qualificados e à inserção competitiva do país na economia global. Dados recentes indicam retomada gradual do crescimento industrial e aumento dos investimentos públicos voltados à inovação e modernização produtiva.

Destarte, a atualidade do desenvolvimentismo no Brasil evidencia a permanência de questões históricas relacionadas ao desenvolvimento econômico, à industrialização e ao papel do Estado. Embora as condições econômicas e geopolíticas contemporâneas sejam distintas daquelas observadas no século XX, os desafios estruturais do país continuam demandando estratégias de longo prazo capazes de articular crescimento econômico, inovação tecnológica, sustentabilidade ambiental e inclusão social. O desenvolvimentismo contemporâneo, portanto, não representa uma simples retomada das experiências passadas, mas uma tentativa de adaptar os princípios históricos do desenvolvimento nacional às exigências da economia global do século XXI.



Capítulo 6

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do desenvolvimentismo econômico no Brasil evidencia que essa corrente de pensamento desempenhou papel central na formação da estrutura econômica nacional e continua exercendo significativa influência no debate contemporâneo sobre desenvolvimento. Ao longo da trajetória histórica brasileira, o desenvolvimentismo constituiu não apenas um conjunto de políticas econômicas, mas também um projeto de transformação estrutural voltado à modernização produtiva, à industrialização e à ampliação da capacidade estatal de planejamento econômico. Nesse sentido, compreender os paradigmas, personagens e desafios associados ao desenvolvimentismo permite interpretar de forma mais aprofundada as dinâmicas econômicas e políticas que marcaram o processo de desenvolvimento brasileiro.

Os fundamentos teóricos do desenvolvimentismo demonstram que essa abordagem surgiu como resposta às limitações estruturais das economias periféricas inseridas de maneira desigual no sistema capitalista internacional. Influenciado pelas formulações estruturalistas da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, o pensamento desenvolvimentista buscou explicar as razões históricas do subdesenvolvimento latino-americano e propor estratégias capazes de superar a dependência econômica e tecnológica. A defesa da industrialização, do planejamento estatal e da substituição de importações tornou-se elemento central desse projeto, especialmente em países como o Brasil, que apresentavam forte dependência da exportação de produtos primários.

No caso brasileiro, verificou-se que o desenvolvimentismo esteve diretamente associado ao processo de construção do Estado nacional moderno, sobretudo a partir da década de 1930. Durante a Era Vargas, consolidaram-se políticas voltadas à industrialização e à ampliação da intervenção estatal na economia, inaugurando um ciclo de transformação estrutural que seria aprofundado nas décadas seguintes. O governo de Juscelino Kubitschek representou um dos momentos mais emblemáticos desse processo, ao implementar o Plano de Metas e estimular investimentos em infraestrutura, energia, transporte e indústria de base. Tais iniciativas contribuíram para acelerar o crescimento econômico e consolidar a industrialização brasileira.

Entretanto, a pesquisa também demonstrou que o modelo desenvolvimentista brasileiro apresentou importantes contradições e limitações. Embora tenha promovido crescimento econômico e modernização produtiva, o desenvolvimentismo não conseguiu eliminar problemas históricos relacionados à desigualdade social, à concentração de renda e à dependência externa. Além disso, a forte presença do Estado na economia gerou críticas relacionadas à burocratização, ao endividamento público e às dificuldades de eficiência administrativa. A crise da dívida externa na década de 1980 marcou um ponto de inflexão no modelo, abrindo espaço para a adoção de políticas neoliberais nos anos 1990, caracterizadas pela liberalização econômica, privatizações e redução do papel estatal.

Conquanto a ascensão do neoliberalismo nas últimas décadas do século XX, observou-se que o debate desenvolvimentista não desapareceu do cenário econômico brasileiro. Pelo contrário, as crises econômicas recorrentes, a desindustrialização precoce e as fragilidades estruturais da economia nacional contribuíram para a retomada de discussões acerca da necessidade de políticas industriais, planejamento econômico e fortalecimento da capacidade produtiva nacional. Nesse contexto, emergiu o chamado novo desenvolvimentismo, corrente que busca reinterpretar os fundamentos clássicos do desenvolvimentismo

à luz das transformações contemporâneas da economia global.

A atualidade do desenvolvimentismo no Brasil tornou-se particularmente evidente diante dos desafios relacionados à reindustrialização, à inovação tecnológica e à transição ecológica. O avanço da globalização, a reorganização das cadeias produtivas internacionais e a intensificação da competição tecnológica passaram a exigir estratégias mais complexas de desenvolvimento econômico. Nesse cenário, políticas recentes voltadas à modernização industrial e ao fortalecimento de setores estratégicos revelam a permanência da ideia de que o Estado deve atuar como agente coordenador do desenvolvimento. Ademais disso, a discussão contemporânea sobre desenvolvimentismo passou a incorporar temas que anteriormente ocupavam posição secundária nas formulações clássicas, como sustentabilidade ambiental, inclusão social e transformação digital. A emergência das mudanças climáticas e a crescente demanda por modelos econômicos sustentáveis demonstram que o desenvolvimento econômico não pode mais ser pensado exclusivamente em termos de crescimento do Produto Interno Bruto. Assim, o desafio contemporâneo consiste em construir estratégias capazes de articular crescimento econômico, preservação ambiental e redução das desigualdades sociais.

Outro aspecto relevante evidenciado pela pesquisa refere-se ao papel da inovação tecnológica no desenvolvimento econômico contemporâneo. A chamada Indústria 4.0 e a crescente digitalização da economia impõem novos desafios aos países periféricos, que precisam ampliar investimentos em ciência, tecnologia e educação para evitar o aprofundamento das desigualdades tecnológicas em relação às economias centrais. Nesse sentido, o fortalecimento das universidades, centros de pesquisa e instituições de inovação torna-se elemento fundamental para a construção de uma estratégia nacional de desenvolvimento.

Ao analisar os principais personagens do desenvolvimentismo brasileiro, constatou-se a relevância das contribuições de intelectuais como Celso Furtado, Ignácio Rangel e Luiz Carlos Bresser-Pereira para a compreensão das especificidades do desenvolvimento nacional. Suas formulações teóricas contribuíram para interpretar as limitações estruturais da economia brasileira e oferecer alternativas voltadas à construção de um projeto nacional de desenvolvimento. Ainda hoje, suas obras permanecem relevantes para o debate acadêmico e para a formulação de políticas públicas.

Dessa forma, conclui-se que o desenvolvimentismo continua sendo uma importante ferramenta analítica para compreender os desafios econômicos brasileiros. Embora as condições históricas contemporâneas sejam distintas daquelas observadas no século XX, persistem problemas estruturais relacionados à dependência tecnológica, à vulnerabilidade externa, à desigualdade social e à fragilidade industrial. Assim, o debate sobre o papel do Estado, da indústria e do planejamento econômico permanece atual e necessário.

Por fim, destaca-se que o desenvolvimento econômico deve ser compreendido como um processo multidimensional, que envolve não apenas crescimento da produção, mas também transformação social, fortalecimento institucional, sustentabilidade ambiental e ampliação das capacidades humanas. Nesse contexto, o desenvolvimentismo contemporâneo precisa ser capaz de dialogar com as novas exigências da economia global sem abandonar sua preocupação histórica com a soberania nacional, a inclusão social e a construção de um projeto de desenvolvimento voltado às necessidades da sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Marcelo de Paiva. **A ordem do progresso**: dois séculos de política econômica no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.
- ALMEIDA, Mansueto. **Desenvolvimento e crise no Brasil**: 1964-1984. Brasília: IPEA, 2014.
- AMSDEN, Alice. **The rise of “the rest”**: challenges to the West from late-industrializing economies. Oxford: Oxford University Press, 2001.
- BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **BNDES divulga chamada de R\$ 10 bi para reindustrialização do Nordeste na FIEC**. 2025. Disponível em: Agência BNDES de Notícias. Acesso em: 1 maio 2026.
- BAER, Werner. **A economia brasileira**. 3. ed. São Paulo: Nobel, 2009.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro**: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Sessenta anos de CEPAL**: uma resenha histórica. Brasília: CEPAL, 2009.
- BOURDIEU, Pierre. **Contrafogos**: táticas para enfrentar a invasão neoliberal. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **O novo desenvolvimentismo e a ortodoxia convencional**. São Paulo: Editora 34, 2006.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Globalização e competição**: por que alguns países emergentes têm sucesso e outros não. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **A construção política do Brasil: sociedade, economia e Estado desde a independência**. São Paulo: Editora 34, 2016.
- BROWN, Wendy. **Undoing the demos**: neoliberalism’s stealth revolution. New York: Zone Books, 2015.
- CAMPOS, Roberto. **A lanterna na popa**: memórias. Rio de Janeiro: Topbooks, 1994.
- CANO, Wilson. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. Campinas: Unicamp, 2007.
- CARDOSO, Fernando Henrique. **Autoritarismo e democratização**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.
- CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.
- CARNEIRO, Ricardo. **Desenvolvimento em crise**: a economia brasileira no último quarto do século XX. São Paulo: UNESP, 2019.
- CASTRO, Antônio Barros de; SOUZA, Francisco Eduardo Pires de. **A economia brasileira em marcha forçada**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- CEPAL. **Equidade, desenvolvimento e cidadania**. Santiago: CEPAL, 2002.
- CEPAL. **El desarrollo inclusivo en América Latina y el Caribe**: ensayos sobre políticas de convergencia productiva para la igualdad. Santiago: CEPAL, 2011.
- CEPAL. **La hora de la igualdad**: brechas por cerrar, caminos por abrir. Santiago: CEPAL, 2010.
- CHANG, Ha-Joon. **Chutando a escada**: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica. São Paulo: UNESP, 2002.
- CIMOLI, Mario; DOSI, Giovanni; STIGLITZ, Joseph. **Industrial policy and development**: the political economy of capabilities accumulation. Oxford: Oxford University Press, 2009.

- CORDEN, W. Max; NEARY, J. Peter. Booming sector and de-industrialisation in a small open economy. **The Economic Journal**, Oxford, v. 92, n. 368, p. 825-848, 1982.
- DAVIDSON, Paul. **The Keynes solution: the path to global economic prosperity**. New York: Palgrave Macmillan, 2009.
- DELFIN NETTO, Antônio. **Planejamento para o desenvolvimento econômico**. São Paulo: Pioneira, 1981.
- DRAIBE, Sônia. **Rumos e metamorfoses: Estado e industrialização no Brasil (1930-1960)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- DRAIBE, Sônia Miriam. A política social no período FHC e o sistema de proteção social. **Tempo Social**, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 63-101, 2003.
- FISHLOW, Albert. **Brazilian development in long term perspective**. Notre Dame: University of Notre Dame Press, 1985.
- FONSECA, Pedro Cezar Dutra. Desenvolvimentismo: a construção do conceito. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 35, n. 1, p. 29-48, 2015.
- FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 34. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.
- FRIEDMAN, Milton. **Capitalism and freedom**. Chicago: University of Chicago Press, 1962.
- GIAMBIAGI, Fabio et al. **Economia brasileira contemporânea (1945-2010)**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.
- GIAMBIAGI, Fábio; ALÉM, Ana Cláudia. **Finanças públicas: teoria e prática no Brasil**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016.
- HARVEY, David. **A brief history of neoliberalism**. Oxford: Oxford University Press, 2005.
- HAYEK, Friedrich. **The road to serfdom**. Chicago: University of Chicago Press, 1944.
- HIRSCHMAN, Albert O. **The strategy of economic development**. New Haven: Yale University Press, 1958.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **História geral da civilização brasileira**. São Paulo: Difel, 1976.
- KLEIN, Naomi. **The shock doctrine: the rise of disaster capitalism**. New York: Metropolitan Books, 2007.
- KRUGMAN, Paul. **The return of depression economics**. New York: W.W. Norton, 2009.
- LESSA, Carlos. **Quinze anos de política econômica**. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- LESSA, Carlos. **15 anos de política econômica**. 2. ed rev. ampl. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- MAMIGONIAN, Armen. **Introdução ao pensamento de Ignácio Rangel**. Florianópolis: UFSC, 2010.
- MATOS, Sidney Tanaka S. **Conceitos primeiros de neoliberalismo**. Mediações, Londrina, 2008.
- MAZZUCATO, Mariana. **Mission economy: a moonshot guide to changing capitalism**. New York: Harper Business, 2021.
- NASSIF, André. A reconstrução política do Brasil à luz das teses centrais do novo-desenvolvimentismo. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, v. 29, 2024.
- NORTH, Douglass C. **Institutions, institutional change and economic performance**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

- OCAMPO, José Antonio. **The Latin American structuralist tradition: an overview.** Oxford: Oxford University Press, 2011.
- OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma re(li)gião: sudene, nordeste, planejamento e conflito de classes.** 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.
- OREIRO, José Luís; MARCONI, Nelson. Desindustrialização e reprimarização da economia brasileira. **Revista de Economia Política**, v. 34, n. 2, p. 204-220, 2014.
- PREBISCH, Raúl. **O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus principais problemas.** Santiago: CEPAL, 1949.
- RANGEL, Ignácio. **A dualidade básica da economia brasileira.** Rio de Janeiro: ISEB, 1957.
- RANGEL, Ignácio. **Questão agrária, industrialização e crise urbana no Brasil.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1962.
- RANGEL, Ignácio. **Ciclos, tecnologia e crescimento.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.
- RANGEL, Ignácio. **A dualidade básica da economia brasileira.** Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.
- RICUPERO, Rubens. **A diplomacia na construção do Brasil: 1750-2016.** Rio de Janeiro: Versal, 2017.
- RODRÍGUEZ, Octavio. **O estruturalismo latino-americano.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- RODRIK, Dani. **One economics, many recipes: globalization, institutions, and economic growth.** Princeton: Princeton University Press, 2007.
- RODRIK, Dani. **The globalization paradox: democracy and the future of the world economy.** New York: W. W. Norton, 2011.
- SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento: includente, sustentável, sustentado.** Rio de Janeiro: Garamond, 2004.
- SCHWAB, Klaus. **A quarta revolução industrial.** São Paulo: Edipro, 2016.
- SEN, Amartya. **Development as Freedom.** New York: Alfred A. Knopf, 1999.
- SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade.** 3.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- SILVEIRA, Marcelo Garcia; ANGELI, Eduardo; SALOMÃO, Ivan Colangelo. Novo-desenvolvimentismo: uma sistematização teórica. **Revista Economia Ensaios**, v. 36, n. 2, 2021.
- SKIDMORE, Thomas E. **Brasil: de Getúlio a Castelo.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- SPÍNOLA, Vera. Neoliberalismo: considerações acerca da origem e história de um pensamento único. **Revista de Desenvolvimento Econômico**, v.1, n.2, 2005.
- STIGLITZ, Joseph E. **Globalização e seus malefícios.** São Paulo: Futura, 2002.
- STIGLITZ, Joseph. **Freefall: America, free markets, and the sinking of the world economy.** New York: W.W. Norton, 2010.
- STIGLITZ, Joseph. **The price of inequality.** New York: W. W. Norton & Company, 2013.
- TAVARES, Maria da Conceição. **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro.** Rio de Janeiro: Zahar, 1972.
- VIEIRA, Rosa Maria. **Celso Furtado: reforma, política e ideologia.** São Paulo: Educ, 2010.
- WILLIAMSON, John. What Washington Means by Policy Reform. In: WILLIAMSON, J.

(org.). **Latin American Adjustment: How Much Has Happened?** Washington: Institute for International Economics, 1990.

WINKELMANN, Ricarda et al. **Social tipping processes for sustainability: an analytical framework.** Earth System Dynamics, 2020.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Acumulação de capital, 16, 18
América Latina, 15, 17, 18, 19, 20, 21
Autoritarismo, 26, 29

B

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE/BNDES), 20, 30
Brasília, construção de, 27, 28

C

Capital estrangeiro, 27, 28
Celso Furtado, 15, 18, 20, 21
CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe), 15, 17, 18, 19, 20, 21, 22
CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), 26
Comércio internacional, 16, 20
Crise da dívida externa, 17, 19, 30

D

Dependência externa, 16, 18, 28
Desenvolvimento econômico, 13, 15, 16, 17, 18, 20, 21, 24
Desenvolvimentismo, 13, 15, 16, 17, 19, 24, 29
Desigualdade social, 29, 30
Ditadura militar, 29

E

Economia brasileira, 24, 25
Estado desenvolvimentista, 16, 21
Estado Novo, 26

F

Fernando Henrique Cardoso, 21

G

Getúlio Vargas, 25
Globalização, 19, 21

H

Heterogeneidade estrutural, 18, 20

I

Industrialização, 15, 16, 18, 20, 24, 25, 27, 28

Indústria automobilística, 28

Infraestrutura, 16, 27, 28, 30

J

Juscelino Kubitschek, 20, 24, 27

M

Mercado interno, 20, 25, 26

Milagre econômico, 29

N

Neoliberalismo, 19, 21

Novo desenvolvimentismo, 16, 19

P

Paradigmas econômicos, 13

Plano de Metas, 20, 27, 28, 29

Planejamento econômico, 21, 29

Política de substituição de importações, 18, 20

Prebisch, Raúl, 16, 18, 20

R

Regime militar, 24, 29

Reindustrialização, 21

S

Subdesenvolvimento, 15, 18, 20

Substituição de importações, 16, 18, 25

T

Transformação estrutural, 20, 27

V

Vargas, Era, 24, 25, 26, 27

O *Desenvolvimentismo Econômico no Brasil: paradigmas, personagens e atualidade* apresenta uma análise crítica da trajetória do pensamento desenvolvimentista no país, desde suas origens teóricas até os desafios contemporâneos. A obra discute o papel do Estado, da industrialização e das políticas públicas na construção do desenvolvimento nacional, destacando personagens centrais como Celso Furtado e Ignácio Rangel. Ao abordar as diferentes fases históricas do desenvolvimentismo brasileiro, o livro também reflete sobre os impactos da globalização, das crises econômicas e das novas agendas de sustentabilidade e inovação. Trata-se de uma leitura fundamental para compreender os dilemas e perspectivas da economia brasileira no século XXI.

ISBN 978-65-84364-30-1

